

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS:

Guia de Boas Práticas
e Estratégias para
Educação na
construção de
Identidade Territoriais
e Cidadania

AUTOR

ALEXANDRE JUNIOR DE SOUZA MENEZES

**EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS:
Guia de Boas Práticas e Estratégias para
Educadores na Construção de
Identidades Territoriais e Cidadania.**

ALEXANDRE JUNIOR DE SOUZA MENEZES

JUAZEIRO – BA

2023

Copyright © 2023, Alexandre Junior de Souza Menezes.

Todos os direitos desta edição reservados ao autor e ao Programa de PósGraduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Juazeiro-Bahia.

CORPO EDITORIAL:

Dr. Adelson Dias de Oliveira (UNIVASF)

Me. Aline Gonçalves Pinheiro (IF Sertão)

Dra. Andréia Amariz – (UPE)

Dra. Ana Celia Silva Menezes – (UFPB)

Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco (IF Sertão)

Dra. Danise Granjeiro Gondim (UBA)

Dr. Ezer Wellington Gomes Lima (UFR)

Dr. William Pietro de Souza – (IFMT)

Me. Maria Nacelha Ferreira Oliveira - (UNIVASF)

Dra. Rosicleide Araújo de Melo (UNIVASF)

DIAGRAMAÇÃO:

Daiana Adriana de Souza Menezes

ILUSTRAÇÕES e CAPA:

Tiago Augusto de Souza Menezes

Menezes, Alexandre Junior de Souza

M543e Educação em periferias urbanas: Guia de boas Práticas e Estratégias para Educadores na Construção de Identidades Territoriais e Cidadania / Alexandre Junior de Souza Menezes. – Juazeiro – BA, 2023.

127 p.

Livro digital (PDF)

ISBN: 978-85-5322-195-0

1. Educação. 2. Formação de professores. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 370

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF

Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB - 5/1369

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, total ou parcial, constitui violação da Lei n. 9.610/1998.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	4
APRESENTAÇÃO	5
PRÓLOGO	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
COMPREENDENDO O CONTEXTO DAS PERIFERIAS URBANAS.....	21
CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS PERIFERIAS URBANAS	23
PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO: IMPACTO NA EDUCAÇÃO E NA IDENTIDADE TERRITORIAL	33
PROMOVENDO A CIDADANIA E A IDENTIDADE TERRITORIAL.....	40
A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NAS ESCOLAS DE PERIFERIAS URBANAS	44
ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS	48
ENFRENTANDO OS DESAFIOS DAS PERIFERIAS URBANAS	74
OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES EM PERIFERIAS URBANAS	75
SUGESTÃO DE PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR E SUPERAR OS DESAFIOS: BASEADAS EM EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES	78

VALORIZANDO A DIVERSIDADE E O ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO	83
IMPORTÂNCIA DE RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE CULTURAL, ÉTNICA E SOCIAL PRESENTE NAS PERIFERIAS URBANAS.....	83
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PROJETOS QUE PROMOVAM O ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO.....	86
DESENVOLVENDO METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E PROJETOS INTERDISCIPLINARES.....	89
EXPLICAÇÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E PROJETOS INTERDISCIPLINARES NO CONTEXTO DAS PERIFERIAS URBANAS.....	90
APRESENTAÇÃO DE EXEMPLOS DE PRÁTICAS E PROJETOS BEM-SUCEDIDOS, COM ORIENTAÇÕES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO E ADAPTAÇÃO A DIFERENTES CONTEXTOS EDUCACIONAIS.....	91
FORMAÇÃO E APOIO AOS EDUCADORES.....	94
SUGESTÕES DE RECURSOS, CURSOS E OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO ESPECÍFICAS PARA ESSE CONTEXTO.....	95
ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIDADE.....	99
ORIENTAÇÕES PARA ADAPTAR AS PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS.....	100
ENCORAJAMENTO AOS EDUCADORES: EXPERIMENTAR E PERSONALIZAR AS PRÁTICAS E ABORDAGENS PROPOSTAS, DE ACORDO COM SUAS REALIDADES E INTERESSES.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIA.....	107
GLOSSÁRIO.....	116

Sobre o autor ALEXANDRE JUNIOR DE SOUZA MENEZES

COMO EU CHEGUEI ATÉ AQUI? Sou Indígena, eu me considero um testemunho vivo de resiliência. Filho de agricultores e indígenas, sou resultado de um processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização. Mesmo diante de inúmeros desafios, nós resistimos e perseveramos. Concomitantemente à graduação, cursei um curso técnico e me envolvi em grupos de estudo que alimentaram meu interesse pelo meio acadêmico e solidificaram minha determinação de seguir nesta área. Como fruto deste engajamento, prossigui com a especialização, completei um mestrado e finalizei o doutorado. Sem dúvidas, considero esse percurso crucial na construção de quem sou hoje.

Alexandre Junior de Souza Menezes, autor desta obra, traz consigo uma sólida formação e uma rica experiência que se fundem harmoniosamente em suas páginas. Iniciou sua jornada acadêmica como Técnico em Alimentos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – PE (2013), onde adquiriu experiência em laboratórios experimentais. Em 2016, graduou-se em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco. Avançando em sua formação, tornou-se Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado de Bahia – UNEB, tendo a oportunidade de estudar na Universidad de Buenos Aires – UBA/Facultad de Filosofía y Letras – FILO, sob a orientação do Dr. Daniel Hugo



Alexandre especializou-se na Gestão de Sistemas Agroindustriais na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e obteve outras especializações na área de Educação. Em 2023, tornou-se Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela UNIVASF, marcando mais um passo significativo em sua jornada. Atuando ativamente em diversas linhas de pesquisa, Alexandre concentrou seus estudos em Educação, Narrativas, Ensino Médio e Ruralidades; Juventudes, culturas e processos identitários; Agroecologia, Paleoecossistema e Desenvolvimento Socioterritorial; entre outros. Como pesquisador, está cadastrado nos grupos de pesquisa da CNPq, contribuindo em áreas variadas como meio ambiente, sustentabilidade, educação ambiental e ecologia. No contexto educacional, Alexandre é um fervoroso defensor da formação de educadores, educação contextualizada, Educação à Distância, Interdisciplinaridade e Gestão.

Atualmente, é professor universitário na Universidade de Pernambuco, Senac Pernambuco e está vinculado à Secretaria de Educação de Pernambuco e ao município de Juazeiro – BA. Este livro "EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS: Guia de Boas Práticas e Estratégias para Educadores na Construção de Identidades Territoriais e Cidadania", é resultado direto de sua tese de doutorado "NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE PROFESSORES EM PERIFERIAS URBANAS: Identidade Territorial, Cidadania e Práticas Pedagógicas frente aos desafios da Territorialização". A obra é um testemunho do profundo conhecimento de Alexandre, bem como de sua dedicação à criação de soluções educacionais inovadoras para desafios contemporâneos.

APRESENTAÇÃO

Bem-vindo ao "EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS: Guia de Boas Práticas e Estratégias para Educadores na Construção de Identidades Territoriais e Cidadania". Este guia é resultado de um esforço conjunto de pesquisadores, educadores e profissionais da área, comprometidos em apoiar o desenvolvimento e a melhoria da educação em contextos de periferias urbanas.

Com o objetivo de compartilhar experiências, estratégias e práticas pedagógicas bem-sucedidas, este guia busca inspirar e apoiar educadores que enfrentam os desafios de trabalhar em áreas periféricas. Estamos convencidos de que a colaboração e a troca de conhecimentos e experiências entre educadores são essenciais para desenvolver práticas educacionais mais eficazes, contextualizadas e inclusivas.

As periferias urbanas apresentam uma série de desafios, como a falta de recursos e infraestrutura, a violência na comunidade e a necessidade de valorização da diversidade cultural e engajamento comunitário (VASCONCELLOS, 2004). Reconhecemos que os professores que atuam nessas áreas enfrentam esses desafios diariamente, e acreditamos que este guia pode ser uma ferramenta valiosa para enfrentá-los com sucesso.

Ao longo deste guia, você encontrará exemplos concretos de práticas pedagógicas que foram implementadas com êxito por educadores em contextos similares. Esses exemplos foram cuidadosamente selecionados e analisados para oferecer orientações

práticas e aplicáveis, permitindo que você adapte e incorpore essas estratégias em seu próprio trabalho.

Além disso, este guia tem como objetivo promover o diálogo e a reflexão crítica entre educadores sobre o papel da educação na construção de identidades territoriais e na promoção da cidadania. Acreditamos que, ao abordar essas questões e compartilhar suas experiências, os educadores podem contribuir para a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e equitativos.

Objetivos do Guia de Boas Práticas e Estratégias para Educadores:

1. Compartilhar práticas pedagógicas bem-sucedidas e estratégias adotadas por educadores em contextos de periferias urbanas.
2. Fornecer orientações e exemplos práticos que possam ser adaptados e aplicados em diferentes contextos educacionais de periferias urbanas.
3. Promover a reflexão e o diálogo entre educadores sobre os desafios e oportunidades relacionados à educação em periferias urbanas, identidade territorial e cidadania.
4. Estimular a colaboração e a construção de redes de apoio entre educadores que enfrentam desafios semelhantes em áreas periféricas.
5. Contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais eficazes e contextualizadas, que levem em consideração as especificidades das periferias urbanas.

Importância do compartilhamento de práticas pedagógicas bem-sucedidas:

A importância do compartilhamento de práticas pedagógicas bem-sucedidas não pode ser subestimada, especialmente quando se trata de melhorar a qualidade da educação em contextos de periferias urbanas (ALVES; SOARES, 2007). A troca de experiências, estratégias e abordagens bem-sucedidas permite aos educadores aprenderem uns com os outros, identificarem melhores práticas e adaptá-las às suas próprias realidades (DELORS, 2000).

Este processo de compartilhamento de conhecimentos e experiências é crucial em contextos de periferias urbanas, onde os educadores enfrentam desafios únicos e complexos relacionados às necessidades específicas dos alunos e das comunidades. O engajamento nessa troca colaborativa de práticas pedagógicas pode levar a abordagens mais inovadoras e sensíveis aos contextos locais, que, por sua vez, promovem a construção de identidades territoriais e cidadania.

O guia "EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS: Guia de Boas Práticas e Estratégias para Educadores na Construção de Identidades Territoriais e Cidadania" objetiva ser um recurso valioso para os educadores que desejam aprimorar suas práticas pedagógicas, enfrentando os desafios específicos das periferias urbanas e contribuindo para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes, inclusivas e contextualizadas.

Agradecemos imensamente a todos os educadores que abriram seus corações e compartilharam suas experiências, conhecimentos e práticas pedagógicas neste guia. Sua generosidade e dedicação são

fundamentais para criar uma rede de aprendizado e colaboração entre profissionais da educação que atuam em periferias urbanas.

Convidamos você, leitor, a explorar este guia e a aproveitar as oportunidades de aprendizado e crescimento profissional que ele oferece. Juntos, podemos trabalhar para desenvolver práticas educacionais mais eficazes, contextualizadas e inclusivas, e assim, contribuir para a transformação positiva das periferias urbanas e das vidas das pessoas que nelas habitam. E a se juntar a nós nesta jornada de aprendizado, reflexão e colaboração, e a se envolver ativamente no processo de compartilhamento de práticas pedagógicas bem-sucedidas. Juntos, podemos trabalhar em prol de uma educação mais justa, inclusiva e contextualizada nas periferias urbanas, transformando a vida de milhares de alunos e suas comunidades.

PRÓLOGO

Um Guia de Boas Práticas é um documento que fornece orientações, recomendações e diretrizes para a melhor execução de tarefas, processos ou operações em um determinado setor ou contexto. Ele é baseado na experiência, pesquisa e conhecimento acumulado dos profissionais envolvidos em sua elaboração.

A importância de um Guia de Boas Práticas é múltipla:

Padronização: o guia ajuda a padronizar processos, tornando-os mais previsíveis e consistentes.

Eficiência: ao seguir as melhores práticas identificadas, uma organização ou indivíduo pode aumentar a eficiência de suas operações.

Qualidade: os Guias de Boas Práticas são projetados para garantir a mais alta qualidade possível em uma determinada tarefa ou processo. Ao segui-los, você está mais propenso a produzir um trabalho de alta qualidade.

Conformidade: em alguns setores, seguir as boas práticas também pode ajudar a garantir a conformidade com os regulamentos ou normas.

Educação e Treinamento: os Guias de Boas Práticas também podem ser uma ferramenta educacional útil, ajudando a treinar novos membros de uma equipe ou organização sobre como realizar suas tarefas da melhor maneira possível.

Assim, um Guia de Boas Práticas é um recurso valioso para qualquer campo ou setor que se esforce para melhorar a qualidade, a eficiência e a padronização de suas operações.

O Guia de Boas Práticas, baseado na Lei Geral de Proteção de Dados, tem a finalidade de elucidar aspectos cruciais sobre essa legislação e oferecer orientações acerca de sua implementação tanto em variados contextos empresariais como na prestação de bens e serviços. Nesta lógica, o presente material tem como propósito esclarecer aspectos significativos sobre a temática e oferecer orientações sobre sua aplicação no ambiente escolar, tanto para o corpo docente quanto para os gestores educacionais.

É importante enfatizar a distinção entre um guia e uma norma. O guia de boas práticas é um documento que oferece orientações e recomendações para auxiliar as instituições de ensino a alcançar um objetivo específico. Já uma norma é um documento que estabelece requisitos técnicos, de qualidade ou de segurança que devem ser observados.

Assim, o Guia/Manual de Boas Práticas é um documento que descreve as operações a serem implementadas em uma instituição educacional, incluindo ao menos os requisitos básicos para o controle e garantia da qualidade. Neste contexto, a experiência bem-sucedida, os resultados de pesquisas e os estudos sobre o tema são fundamentais para o êxito da elaboração e na implementação.

A função desse guia/manual é assegurar que as práticas e ações na educação seja conduzida com qualidade e segurança, passando por processos rigorosamente detalhados e controlados para oferecer um ambiente de aprendizado seguro e confiável para os alunos.

PREFÁCIO

É com imensa honra e satisfação que apresento este precioso trabalho, "EDUCAÇÃO EM PERIFÉRIAS URBANAS: Guia de Boas Práticas e Estratégias para Educadores na Construção de Identidades Territoriais e Cidadania". Como educadora na periferia urbana há muitos anos, testemunho todos os dias a necessidade de ações direcionadas à realidade dos nossos estudantes, que, apesar das inúmeras adversidades, possuem um potencial imenso para a transformação e o crescimento.

Este guia é resultado de um trabalho de doutorado metódico e apaixonado que teve, entre suas muitas fontes, a realidade vivida em nossas escolas. Nele, encontram-se estratégias, técnicas, sugestões e um sem número de preciosidades que vão auxiliar os educadores a enfrentar os desafios específicos da educação em contextos de periferia urbana.

O grande diferencial deste trabalho reside em sua capacidade de integrar a teoria e a prática de forma sinérgica e relevante. Ele entrelaça a vivência em sala de aula, o contexto sociocultural dos alunos, e a teoria pedagógica, compondo um panorama rico e profundamente útil para a prática docente.

Este guia não é apenas um instrumento de consulta, mas um convite para refletir sobre nossas práticas pedagógicas, repensar nossas estratégias e, principalmente, reconhecer e valorizar a identidade territorial de nossos alunos. Ele nos mostra que, a partir do entendimento

e respeito à cultura e ao contexto dos estudantes, podemos construir práticas educacionais mais significativas, eficazes e humanizadas.

Por fim, é importante destacar que este guia tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais mais eficientes e inclusivas, que levem em consideração a diversidade e especificidade de cada território.

Espero que esta obra inspire e motive educadores, assim como eu, a transformar a educação em nossas periferias, promovendo a formação de cidadãos conscientes de sua identidade, de seu valor e de seu potencial de transformação. Que ela seja um farol, iluminando o caminho para práticas pedagógicas que dignifiquem, empoderem e façam a diferença na vida de nossos alunos.

Professora Ana

A professora Ana, 42 anos, formada em Pedagogia e Geografia pela Universidade de Pernambuco, tem dedicado sua carreira de mais de uma década ao ensino em escolas da periferia de Juazeiro, tanto em níveis iniciais como no ensino médio. Conhecida por sua abordagem criativa e flexível, ela procura valorizar a bagagem cultural dos alunos e estabelecer relações próximas com eles e suas famílias. Sua contribuição para a pesquisa de doutorado foi essencial, fornecendo valiosos insights a partir de sua experiência enfrentando os desafios socioeconômicos e infraestruturais em ambientes de ensino periféricos.

INTRODUÇÃO

A educação em periferias urbanas é um tema de crescente interesse no campo acadêmico e político, uma vez que essas regiões, muitas vezes marginalizadas e desprovidas de recursos, apresentam desafios específicos e oportunidades únicas para a aprendizagem e desenvolvimento social (GUSTSACK, 2014; DICKEL, 1996).

Estes bairros, caracterizados pela sua complexidade social e econômica, tornam-se palcos de uma educação que se depara com questões de desigualdade, falta de infraestrutura e acesso limitado a recursos educacionais (ANDREOLLA, 1995; VALE; SALLES, 2010). No entanto, apesar dessas dificuldades, eles também se tornam espaços de resistência, resiliência e inovação, onde a criatividade e a determinação de educadores e estudantes florescem contra as adversidades.

A diversidade e complexidade das realidades vividas pelos educadores e alunos nessas áreas demandam abordagens pedagógicas contextualizadas e inclusivas (DAYRELL, 2002). Isso significa que os métodos de ensino devem ser adaptados às circunstâncias únicas desses contextos, considerando não apenas as dificuldades que os alunos podem enfrentar, mas também seus pontos fortes, suas experiências culturais e suas habilidades únicas.

O processo educativo nessas áreas deve, portanto, transcender o ensino tradicional e adotar estratégias de aprendizagem ativa, que valorizem o conhecimento local, promovam o engajamento comunitário e incentivem a participação ativa dos alunos em seu próprio processo de aprendizagem (MARTINS, 2015). Isso poderia incluir o uso de métodos

de aprendizagem baseados em projetos, que permitam aos alunos aplicar o que aprenderam para resolver problemas em suas próprias comunidades, ou a incorporação de práticas culturais locais no currículo para tornar o aprendizado mais relevante e envolvente (FREIRE; HORTON, 2003).

Além disso, uma maior inclusão de vozes marginalizadas no processo de tomada de decisão educacional é vital. Isso pode envolver a capacitação de pais, alunos e educadores para desempenharem papéis ativos na governança escolar, além de esforços para atrair e reter professores de alta qualidade que tenham um compromisso profundo com a educação em contextos de periferia.

No fim das contas, a promoção de uma educação de qualidade nas periferias urbanas não é apenas uma questão de equidade, mas também uma necessidade urgente para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de nossas cidades e sociedades (PARO, 2000; SOARES; ALVES, 2003). Através de um compromisso com a inclusão, a relevância e a participação, podemos começar a desafiar as disparidades existentes e promover uma educação que realmente capacite todos os alunos, independentemente de onde eles vivem (VALE; SALLES, 2010).

Neste sentido, o presente guia surge como um resultado e produto da pesquisa de doutorado profissional "NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE PROFESSORES EM PERIFERIAS URBANAS: Identidade Territorial, Cidadania e Práticas Pedagógicas frente aos Desafios da Territorialização".

Com base em uma perspectiva teórica e científica, este guia compartilha experiências, estratégias e práticas pedagógicas bem-

sucedidas que possam inspirar e apoiar educadores na construção de identidades territoriais e no desenvolvimento da cidadania em contextos de periferias urbanas. A pesquisa de doutorado, que fundamenta este guia, se concentra em investigar as narrativas e memórias dos professores que atuam nessas áreas, compreendendo como suas experiências e identidades territoriais influenciam suas práticas pedagógicas e a formação da cidadania.

O guia está estruturado em torno dos principais achados da pesquisa e apresenta uma série de exemplos práticos, reflexões e sugestões para educadores que enfrentam os desafios da territorialização, e buscam desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas. Ao mesmo tempo, o guia contribui para a discussão teórica e científica sobre a educação em periferias urbanas, fornecendo uma análise das políticas educacionais e dos fatores socioculturais que moldam as experiências dos educadores e alunos nessas áreas.

Ademais, o guia promove o diálogo entre teoria e prática, destacando a importância da pesquisa e da reflexão crítica para o desenvolvimento de abordagens educacionais que respondam às especificidades das periferias urbanas. Através do compartilhamento de práticas bem-sucedidas e de um enfoque teórico-científico, visando apoiar os educadores na promoção de uma educação mais justa e inclusiva, que contribua para a construção de identidades territoriais e cidadania em contextos de periferias urbanas.

Ao longo deste guia, os leitores são convidados a refletir sobre suas próprias práticas pedagógicas, a se envolverem no debate teórico e científico sobre educação em periferias urbanas e a explorarem novas

possibilidades e estratégias para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que esses contextos oferecem. Esperamos que este guia sirva como um recurso valioso para educadores e pesquisadores comprometidos com a transformação da educação em periferias urbanas.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A pesquisa de doutorado intitulada "Narrativas e memórias de professores em periferias urbanas: identidade territorial, cidadania e práticas pedagógicas frente aos desafios da territorialização" buscou compreender as experiências, perspectivas e práticas pedagógicas de docentes atuantes em escolas de periferias urbanas. O estudo analisou como os professores lidam com a construção da identidade territorial, a promoção da cidadania e as práticas pedagógicas frente aos desafios e oportunidades apresentados pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os professores enfrentam desafios significativos em seu trabalho, e suas práticas pedagógicas são influenciadas pelo contexto em que atuam (FARIA e MADALOZZO, 2013; CANDAU, 2002; PÉREZ GÓMEZ, 2001). As escolas podem ser vistas como espaços de resistência e empoderamento, desempenhando um papel importante na promoção da cidadania e na construção da identidade territorial (GUSTSACK, 2014; BRUM, 2015). Dessa forma, a pesquisa alcançou seu objetivo de investigar as narrativas e memórias dos professores, analisando suas experiências e perspectivas em relação à identidade territorial, cidadania e práticas pedagógicas.

Ainda assim, as limitações deste estudo podem incluir a restrição geográfica às escolas da periferia de Juazeiro - BA, o que pode limitar a generalização dos resultados a outros contextos periféricos. A abordagem qualitativa e o uso de pesquisa narrativa autobiográfica

podem ter proporcionado uma visão aprofundada das experiências dos professores, mas podem não ter capturado todas as nuances e complexidades das questões em análise.

Diante disso, pesquisas futuras podem abordar as limitações deste estudo, ampliando a amostra para incluir escolas de periferias urbanas em outras regiões, a fim de proporcionar uma comparação mais ampla e diversificada das experiências e práticas dos professores. Ainda por cima, estudos complementares que utilizem métodos quantitativos podem ajudar a confirmar e expandir os achados qualitativos desta pesquisa. Outra possibilidade é explorar estratégias pedagógicas específicas que possam ser eficazes para enfrentar os desafios apresentados pelos processos de territorialização e promover a cidadania e a construção da identidade territorial em escolas de periferias urbanas.

A compreensão das narrativas e memórias dos professores em periferias urbanas é um elemento-chave para o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais diligentes e contextualizadas. As narrativas e memórias analisadas evidenciam a presença de desafios comuns, como a falta de recursos e infraestrutura, a violência na comunidade e a necessidade de valorização da diversidade cultural e engajamento comunitário. Mas, também é possível identificar práticas pedagógicas eficientes, adotadas pelos professores para enfrentar esses desafios e promover a cidadania e o engajamento comunitário, como o uso de metodologias participativas, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a aproximação com as famílias dos alunos.

A pesquisa também destaca a importância de desenvolver políticas educacionais contextualizadas, que considerem as especificidades e particularidades das periferias urbanas. O investimento adequado, a valorização da diversidade cultural e o engajamento comunitário podem contribuir para a melhoria da educação em áreas periféricas. A pesquisa Narrativas e memórias de professores em periferias urbanas: identidade territorial, cidadania e práticas pedagógicas frente aos desafios da territorialização, oferece percepções valiosas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades apresentadas pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A compreensão dessas experiências destaca o papel das escolas como espaços de resistência e empoderamento, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade e em suas comunidades.

É fundamental que haja um olhar sensível e atencioso para os alunos que vem do campo e são fruto do processo de desterritorialização e reterritorialização, compreendendo suas experiências e necessidades específicas. É necessário que a pesquisa sobre a periferia urbana seja valorizada e incentivada como um meio de construir conhecimento interdisciplinar e promover políticas públicas mais eficazes e justas para essas comunidades.

Por último, com base nas conclusões desta pesquisa, podemos afirmar que as narrativas e memórias dos professores que atuam em escolas de periferias urbanas são fundamentais para compreender e enfrentar os desafios e oportunidades apresentados pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Essa

compreensão revela o papel das escolas como espaços de resistência e empoderamento, possibilitando o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais efetivas e contextualizadas, que considerem as especificidades das periferias urbanas e contribuam para a promoção da cidadania e consolidação das identidades territoriais.

COMPREENDENDO O CONTEXTO DAS PERIFERIAS URBANAS

Compreender o contexto das periferias urbanas é fundamental para enfrentar os desafios e promover o desenvolvimento e a inclusão social nessas regiões. As periferias urbanas apresentam características e desafios específicos que as distinguem de outras áreas urbanas, e são marcadas por acentuadas desigualdades sociais, incluindo disparidades de renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento (VASCONCELLOS, 2004).

A concentração de populações de baixa renda nessas áreas resulta em condições de vida precárias, falta de infraestrutura adequada e limitações no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte público (CERQUEIRA, 2010). Em complemento, a segregação espacial está relacionada à distribuição desigual de recursos e serviços urbanos, fazendo com que as populações marginalizadas sejam forçadas a viver em áreas distantes dos centros urbanos e com infraestrutura precária (PARO, 2000; SOARES; ALVES, 2003).

Essa segregação espacial pode agravar a exclusão social e limitar as oportunidades de mobilidade e integração das populações periféricas. Outro aspecto importante das periferias urbanas é a grande diversidade cultural, étnica e social, que exige abordagens educacionais e políticas públicas sensíveis às diferenças culturais e às necessidades específicas das comunidades locais (VALLADARES, 2005).

Em contraste, a diversidade cultural pode promover a troca de experiências e saberes, enriquecendo o tecido social e cultural das

periferias urbanas. porém, essas áreas também enfrentam altos índices de violência e criminalidade, relacionados tanto a questões socioeconômicas quanto à falta de políticas públicas eficazes de segurança e prevenção (CUNHA FRANCA, 2022).

A violência pode afetar a qualidade de vida e a integridade física dos moradores, bem como limitar seu acesso a espaços públicos e oportunidades de lazer e cultura (FRANCA, 2010). Vale destacar, a precariedade habitacional é uma característica marcante das periferias urbanas, manifestando-se na forma de moradias inadequadas, favelas, cortiços e ocupações informais (RAIMUNDO, 2017).

Essas condições de moradia precárias podem afetar a saúde, a dignidade e a qualidade de vida dos moradores, além de dificultar seu acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento e eletricidade (SCHEFER, 2015). Diante desse cenário, é fundamental desenvolver políticas públicas e estratégias de intervenção integradas e contextualizadas, que considerem as especificidades das periferias urbanas e promovam a inclusão social, a redução das desigualdades e a justiça socioespacial.

Valorizar e aproveitar a diversidade cultural e o potencial criativo das comunidades periféricas como recursos para a construção de soluções inovadoras e sustentáveis é essencial para enfrentar os problemas encarados nessas áreas e promover um futuro mais justo e inclusivo para todos os habitantes das periferias urbanas.

CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS PERIFÉRIAS URBANAS

As periferias urbanas apresentam uma série de características e desafios específicos, que as distinguem de outras áreas urbanas. Compreender essas particularidades é fundamental para enfrentar os problemas e promover o desenvolvimento e a inclusão social nessas regiões. Entre as principais características e desafios das periferias urbanas, destacam-se: desigualdades sociais, segregação espacial, diversidade cultural, violência e insegurança, e por fim, precariedade habitacional.

DESGUALDADES SOCIAIS: As periferias urbanas são marcadas por acentuadas desigualdades sociais, incluindo disparidades de renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento. A concentração de populações de baixa renda nessas áreas resulta em condições de vida precárias, falta de infraestrutura adequada e limitações no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte público.

As periferias urbanas são frequentemente marcadas por acentuadas desigualdades sociais, que se manifestam em várias dimensões da vida cotidiana, afetando significativamente a qualidade de vida e as oportunidades de desenvolvimento para seus habitantes (D'ANDREA, 2021). Essas desigualdades incluem disparidades na

distribuição de renda, acesso a serviços básicos e recursos, e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A concentração de populações de baixa renda nas periferias urbanas resulta em condições de vida precárias, caracterizadas por moradias inadequadas, falta de infraestrutura adequada e limitações no acesso a serviços essenciais (FRANCA, 2010). Muitas vezes, essas áreas enfrentam desafios relacionados à falta de saneamento básico, abastecimento de água, iluminação pública e pavimentação de ruas, o que agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos moradores dessas comunidades.

Ademais, o acesso à saúde, educação e transporte público nessas áreas também pode ser severamente comprometido. Hospitais e centros de saúde muitas vezes são escassos e mal distribuídos nas periferias urbanas, o que dificulta o acesso a atendimento médico de qualidade para as populações mais vulneráveis. A educação, por sua vez, também enfrenta desafios, como a falta de escolas e centros educacionais bem equipados e a escassez de profissionais qualificados. Esses fatores podem contribuir para o baixo desempenho escolar e a evasão escolar entre crianças e jovens nessas áreas.

O transporte público é outro aspecto crítico das desigualdades sociais nas periferias urbanas. Muitas vezes, os serviços de transporte são insuficientes, ineficientes e caros, dificultando o acesso dos moradores a empregos, educação e serviços de saúde localizados em outras áreas da cidade (CUNHA FRANCA, 2022). Isso pode perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social, limitando as oportunidades de mobilidade social e desenvolvimento humano para os habitantes das periferias.

Para enfrentar as desigualdades sociais nas periferias urbanas, é fundamental implementar políticas públicas e programas de desenvolvimento focados na redução das disparidades e na promoção da equidade. Isso inclui investimentos em infraestrutura, saúde, educação e transporte, bem como ações específicas para fomentar a inclusão social e econômica, como a geração de emprego e renda, capacitação profissional e acesso a crédito (VALLADARES, 2005). É importante promover a participação cidadã e o engajamento comunitário, para que as pessoas afetadas pelas desigualdades sejam atores ativos na busca por soluções e na construção de um futuro mais justo e inclusivo.

SEGREGAÇÃO ESPACIAL: A segregação espacial é outro desafio comum enfrentado pelas periferias urbanas. Essa segregação está relacionada à distribuição desigual de recursos e serviços urbanos, fazendo com que as populações marginalizadas sejam forçadas a viver em áreas distantes dos centros urbanos e com infraestrutura precária. A segregação espacial também pode agravar a exclusão social e limitar as oportunidades de mobilidade e integração das populações periféricas.

A segregação espacial é um desafio significativo enfrentado pelas periferias urbanas, que está intrinsecamente relacionado à distribuição desigual de recursos e serviços urbanos. Esta segregação ocorre quando populações marginalizadas são forçadas a viver em áreas distantes dos centros urbanos, com infraestrutura inadequada e acesso limitado a oportunidades econômicas e sociais.

A segregação espacial resulta em vários efeitos negativos para as comunidades afetadas. Em primeiro lugar, pode agravar a exclusão social e acentuar a divisão entre diferentes grupos sociais e econômicos, criando barreiras físicas e simbólicas que dificultam a interação e a integração das populações periféricas com o restante da sociedade (SANTOS, 1993). Isso pode levar ao isolamento, estigmatização e marginalização dessas comunidades, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.

Do mesmo modo, a segregação espacial também pode limitar as oportunidades de mobilidade e integração das populações periféricas, tanto no que diz respeito ao acesso a empregos, educação e serviços de saúde, quanto à participação em atividades culturais, políticas e recreativas. O transporte público insuficiente e ineficiente nessas áreas pode exacerbar essas dificuldades, tornando ainda mais desafiador para os moradores das periferias se deslocarem para outras partes da cidade em busca de oportunidades.

A segregação espacial também tem implicações diretas na qualidade de vida e no bem-estar das populações afetadas, uma vez que o acesso limitado a serviços e infraestruturas adequadas pode resultar em condições de vida precárias e ambientes insalubres. A falta de espaços públicos de qualidade, áreas verdes e opções de lazer também pode impactar negativamente a saúde física e mental dos moradores das periferias.

Para combater a segregação espacial e seus efeitos negativos, é fundamental implementar políticas públicas e estratégias de planejamento urbano que promovam a integração e a coesão social, bem como a distribuição equitativa de recursos e serviços. Isso pode incluir a

melhoria da infraestrutura e do transporte público nas áreas periféricas, a criação de espaços públicos inclusivos e a promoção de oportunidades econômicas e educacionais que favoreçam a mobilidade social e a integração das comunidades marginalizadas. É crucial envolver os moradores das periferias no processo de tomada de decisão e planejamento urbano, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

DIVERSIDADE CULTURAL: As periferias urbanas são espaços de grande diversidade cultural, étnica e social. Essa diversidade pode ser vista tanto como um desafio quanto como uma oportunidade, pois exige abordagens educacionais e políticas públicas sensíveis às diferenças culturais e às necessidades específicas das comunidades locais. Por outro lado, a diversidade cultural pode promover a troca de experiências e saberes, enriquecendo o tecido social e cultural das periferias urbanas.

A diversidade cultural é uma característica marcante das periferias urbanas, que abrigam uma rica mistura de culturas, etnias e tradições sociais. Essa diversidade é resultado das migrações, do encontro de diferentes grupos sociais e da convivência de tradições e histórias distintas. Essa riqueza cultural pode ser vista tanto como um desafio quanto como uma oportunidade, dependendo da maneira como é abordada e valorizada.

Por um lado, a diversidade cultural exige abordagens educacionais e políticas públicas sensíveis às diferenças culturais e às necessidades específicas das comunidades locais. Isso implica em garantir que a educação seja inclusiva e respeitosa às diversas tradições

e identidades presentes na periferia, promovendo a valorização das culturas locais e a igualdade de oportunidades (ANJOS, 2007). Políticas públicas voltadas para a promoção da equidade e da inclusão social também devem levar em consideração as particularidades culturais, a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás.

Em acréscimo, a diversidade cultural pode trazer consigo tensões e conflitos, especialmente quando há falta de compreensão, respeito e comunicação entre os diferentes grupos culturais. Nesse sentido, é importante promover o diálogo intercultural e a tolerância, incentivando o respeito mútuo e a convivência harmoniosa entre as comunidades.

Em contrapartida, a diversidade cultural pode ser uma grande oportunidade para o enriquecimento do tecido social e cultural das periferias urbanas. A troca de experiências e saberes entre diferentes grupos culturais pode resultar em um ambiente vibrante e criativo, onde novas ideias e práticas podem emergir e se desenvolver. Isso pode levar ao surgimento de expressões artísticas, culinárias, musicais e outras manifestações culturais únicas e autênticas que refletem a riqueza e a complexidade das periferias urbanas.

Para aproveitar ao máximo as potencialidades da diversidade cultural, é fundamental criar espaços de encontro, diálogo e colaboração entre as diferentes comunidades presentes nas periferias. Isso pode ser alcançado por meio de eventos culturais, projetos comunitários e atividades educativas que celebrem e valorizem a diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA: As periferias urbanas muitas vezes enfrentam altos índices de violência e criminalidade, relacionados tanto a questões socioeconômicas quanto à falta de políticas públicas eficazes de segurança e prevenção. Essa violência pode afetar a qualidade de vida e a integridade física dos moradores, bem como limitar seu acesso a espaços públicos e oportunidades de lazer e cultura.

As periferias urbanas frequentemente enfrentam altos índices de violência e criminalidade, resultantes de uma combinação de fatores socioeconômicos e da ausência de políticas públicas eficazes de segurança e prevenção. Essa realidade, muitas vezes, é marcada pela presença de grupos criminosos organizados e pelo tráfico de drogas, que acabam por perpetuar um ambiente de insegurança e medo.

A violência e a insegurança afetam significativamente a qualidade de vida e a integridade física dos moradores dessas áreas. Além disso, essas condições podem causar estresse emocional e psicológico, impactando o bem-estar mental e o desenvolvimento saudável dos indivíduos (BONANINO e BRANDÃO, 1994; ALMEIDA, 2021). A exposição constante à violência também pode resultar em consequências de longo prazo, como o desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade.

Outro aspecto preocupante é o modo como a violência e a insegurança limitam o acesso a espaços públicos e oportunidades de lazer, cultura e socialização para os moradores das periferias urbanas. Parques, praças e outros espaços comunitários podem ser tomados pela violência, tornando-se áreas perigosas e inacessíveis. Essa situação

dificulta a criação de ambientes propícios ao convívio social e à promoção da qualidade de vida.

A educação também é diretamente afetada pela violência e insegurança nas periferias urbanas. Escolas e instituições de ensino podem se tornar alvos de atos de violência, prejudicando o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. O medo e a insegurança podem desestimular a frequência escolar e levar ao aumento da evasão escolar.

Para enfrentar a violência e a insegurança nas periferias urbanas, é essencial adotar políticas públicas integradas e abrangentes, que envolvam ações de prevenção, repressão e recuperação. Isso inclui investir em programas de segurança comunitária, promover ações de inclusão social e econômica, garantir o acesso à educação e a serviços de saúde mental e fortalecer o tecido social. A colaboração entre o poder público, a sociedade civil e os moradores das periferias é crucial para criar um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento humano e social.

PRECARIEDADE HABITACIONAL: A precariedade habitacional é uma característica marcante das periferias urbanas, manifestando-se na forma de moradias inadequadas, favelas, cortiços e ocupações informais. Essas condições de moradia precárias podem afetar a saúde, a dignidade e a qualidade de vida dos moradores, além de dificultar seu acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento e eletricidade.

A precariedade habitacional é um fenômeno significativo nas periferias urbanas, caracterizando-se pela presença de moradias inadequadas, favelas, cortiços e ocupações informais. Essas áreas frequentemente apresentam condições insalubres, superlotação, falta de infraestrutura e materiais de construção de baixa qualidade, o que pode aumentar a vulnerabilidade dos moradores a desastres naturais e outros riscos (ALMEIDA, 2021).

Essas condições precárias de moradia podem afetar negativamente a saúde física e mental, a dignidade e a qualidade de vida dos moradores. A exposição a ambientes insalubres, a falta de higiene e a poluição ambiental podem resultar em doenças respiratórias, gastrointestinais e dermatológicas, bem como em problemas de saúde mental, como estresse e depressão.

Acrescentando, a precariedade habitacional dificulta o acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento e eletricidade. Essa falta de acesso a serviços essenciais pode agravar ainda mais as condições de vida, aumentar a incidência de doenças e comprometer o bem-estar geral dos moradores (GUSTSACK, 2014). A falta de eletricidade, por exemplo, pode impactar negativamente a segurança, a educação e as oportunidades de trabalho e lazer.

A precariedade habitacional também pode contribuir para a marginalização social e a exclusão de comunidades periféricas, já que as pessoas que vivem nessas condições muitas vezes enfrentam estigma e discriminação. Essa situação pode afetar a autoestima e a autoconfiança dos moradores, dificultando a busca por melhores oportunidades de vida e a superação das adversidades.

Para enfrentar a precariedade habitacional nas periferias urbanas, é fundamental a implementação de políticas públicas que promovam o acesso à moradia digna e aos serviços básicos. Isso inclui investir em programas de habitação social, melhorar a infraestrutura e a qualidade das moradias existentes, garantir o acesso a serviços públicos essenciais e promover a participação e a integração das comunidades afetadas no processo de planejamento e desenvolvimento urbano. Portanto, que sejam promovidas ações educativas e de conscientização sobre os direitos e a cidadania das populações que vivem em situação de precariedade habitacional.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental desenvolver políticas públicas e estratégias de intervenção integradas e contextualizadas, que considerem as especificidades das periferias urbanas e promovam a inclusão social, a redução das desigualdades e a justiça socioespacial. É importante valorizar e aproveitar a diversidade cultural e o potencial criativo das comunidades periféricas como recursos para a construção de soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas enfrentados nessas áreas.

PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO: Impacto na educação e na identidade territorial.

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são fenômenos geográficos e sociais que afetam diretamente a educação e a identidade territorial nas periferias urbanas. Esses processos estão relacionados à maneira como os indivíduos e grupos se apropriam, organizam e transformam o espaço, bem como à forma como os territórios são afetados por mudanças sociais, econômicas e políticas (HAESBAERT, 2021).

A seguir, apresentamos uma análise desses processos e seu impacto na educação e na identidade territorial:

TERRITORIALIZAÇÃO: Esse processo está relacionado à apropriação e organização do espaço por indivíduos e grupos sociais, assim como à atribuição de significados e valores a esses espaços. No contexto educacional, a territorialização pode ser observada na forma como as escolas e outros espaços de aprendizagem são organizados e utilizados, bem como na construção de identidades territoriais. A educação tem o potencial de fortalecer o senso de pertencimento e conexão dos indivíduos com o território, contribuindo para a construção de identidades territoriais positivas e a promoção da cidadania.

O processo de territorialização está intrinsecamente relacionado à maneira como os indivíduos e grupos sociais se apropriam, organizam e atribuem significado ao espaço ao seu redor (HAESBAERT, 2002b; HAESBAERT, 1994). Essa apropriação e organização do espaço podem se manifestar de várias formas, incluindo a criação e manutenção de laços comunitários, o estabelecimento de fronteiras simbólicas e a definição de áreas de influência.

No contexto educacional, a territorialização desempenha um papel crucial na configuração das escolas e de outros ambientes de aprendizagem. Isso pode ser observado tanto na organização física dos espaços escolares, como na distribuição de salas de aula, laboratórios e áreas de recreação, quanto na definição de zonas escolares e na delimitação de áreas de influência das instituições educacionais.

Do mesmo modo, a territorialização também influencia a construção de identidades territoriais entre estudantes, professores e comunidades escolares. A identidade territorial é um aspecto importante da formação da identidade individual e coletiva, pois ela ajuda a criar um senso de pertencimento e conexão com o espaço geográfico e social que os indivíduos habitam.

A educação, quando considera as especificidades do território e promove a valorização das características locais, tem o potencial de fortalecer esse senso de pertencimento e conexão entre os indivíduos e suas comunidades (HAESBAERT, 2004). Isso pode ser alcançado através da incorporação de conteúdos e abordagens pedagógicas que reflitam e valorizem a diversidade cultural, social e ambiental do território

em questão, promovendo o reconhecimento e a valorização das identidades territoriais.

Nesse sentido, a construção de identidades territoriais positivas é fundamental para o desenvolvimento da cidadania ativa e consciente. Ao criar um vínculo mais forte entre os indivíduos e o território, a educação pode contribuir para a formação de cidadãos que se sintam responsáveis e comprometidos com a preservação, a melhoria e a transformação de seus ambientes locais.

Em suma, a territorialização é um processo-chave no contexto educacional, influenciando a organização e a utilização dos espaços de aprendizagem, bem como a construção de identidades territoriais. A educação, quando sensível às especificidades do território e às necessidades das comunidades, pode fortalecer o senso de pertencimento e conexão dos indivíduos com o espaço que habitam, contribuindo para a formação de identidades territoriais positivas e a promoção da cidadania ativa e engajada.

DESTERRITORIALIZAÇÃO: Esse processo se refere à dissolução das relações entre indivíduos, grupos sociais e território, em geral, devido a mudanças sociais, econômicas e políticas. A desterritorialização pode ter impactos negativos na educação e na identidade territorial, pois pode levar à perda de vínculos e referências culturais, assim como à desvalorização dos saberes e práticas locais. Além disso, a desterritorialização pode afetar a qualidade e a efetividade da educação, na medida em que as escolas podem se tornar menos sensíveis às necessidades e especificidades dos alunos e suas comunidades.

Desterritorialização é um processo que envolve a ruptura das relações estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e territórios, geralmente em decorrência de transformações sociais, econômicas e políticas. Essas mudanças podem ser resultado da globalização, urbanização, migração, conflitos ou outros fatores que alteram as dinâmicas territoriais e as conexões entre as pessoas e os espaços que habitam (HAESBAERT, 1997).

A desterritorialização pode ter consequências negativas para a educação e a formação das identidades territoriais, uma vez que pode provocar a perda de laços e referências culturais importantes para o desenvolvimento e o senso de pertencimento dos indivíduos. Essa ruptura com as raízes culturais e a desvalorização dos saberes e práticas locais podem contribuir para a alienação e desorientação das pessoas, dificultando a formação de identidades territoriais sólidas e a participação ativa na comunidade (HAESBAERT, 2001a).

Inclusive, a desterritorialização pode afetar a qualidade e a efetividade da educação, na medida em que as escolas podem se tornar menos sensíveis às necessidades e especificidades dos alunos e suas comunidades. A padronização dos currículos e a imposição de modelos educacionais baseados em realidades distintas podem levar a uma desconexão entre o ensino e a realidade vivida pelos estudantes, prejudicando a sua motivação e engajamento no processo de aprendizagem.

Para enfrentar os desafios impostos pela desterritorialização, é fundamental que a educação busque estabelecer conexões com o contexto local e valorizar as tradições, saberes e práticas culturais

específicas de cada comunidade. Isso pode ser feito por meio da adaptação dos currículos, da utilização de metodologias pedagógicas contextualizadas e da promoção do diálogo intercultural, favorecendo a construção de identidades territoriais positivas e a inclusão social dos indivíduos afetados por esse processo.

Outra estratégia importante é a criação de redes de apoio e colaboração entre escolas, famílias e comunidades, visando fortalecer os vínculos sociais e territoriais e facilitar a integração e o acolhimento das pessoas afetadas pela desterritorialização. A articulação entre diferentes atores e instituições pode contribuir para a construção de políticas educacionais mais eficientes e sensíveis às demandas e desafios impostos por esse fenômeno, garantindo o direito à educação de qualidade e o desenvolvimento integral dos indivíduos e das comunidades envolvidas.

RETERRITORIALIZAÇÃO: Esse processo envolve a reorganização e a reestruturação do espaço e das relações territoriais, em resposta às mudanças sociais, econômicas e políticas. A reterritorialização pode trazer oportunidades e desafios para a educação e a identidade territorial. Por um lado, a reterritorialização pode levar à criação de novos espaços de aprendizagem e à valorização de práticas educativas inovadoras e inclusivas, pode intensificar processos de exclusão e marginalização, caso não seja acompanhada de políticas públicas e práticas pedagógicas que considerem as especificidades e necessidades das comunidades afetadas.

O processo de reterritorialização envolve a reorganização e reestruturação do espaço e das relações territoriais em resposta a mudanças sociais, econômicas e políticas. Isso pode ocorrer devido a eventos como a revitalização urbana, a chegada de novos investimentos, a implementação de políticas públicas, ou mesmo como resultado de movimentos sociais e culturais (HAESBAERT, 2001b; HAESBAERT, 2002a). A reterritorialização pode trazer oportunidades e desafios para a educação e a construção das identidades territoriais.

Por um lado, a reterritorialização pode abrir caminho para a criação de novos espaços de aprendizagem e a valorização de práticas educativas inovadoras e inclusivas. Isso pode incluir a implantação de escolas e centros culturais que promovam a diversidade, a equidade e o diálogo intercultural, contribuindo para o empoderamento e a participação cidadã das comunidades afetadas. Nesse sentido, a reterritorialização pode ser uma oportunidade para transformar a educação e adaptá-la às realidades e demandas dos novos contextos territoriais.

Contudo, a reterritorialização pode intensificar processos de exclusão e marginalização, caso não seja acompanhada de políticas públicas e práticas pedagógicas que considerem as especificidades e necessidades das comunidades afetadas. Isso pode ocorrer quando a reorganização do espaço resulta em gentrificação, segregação espacial e deslocamento forçado de populações vulneráveis. Nesses casos, a reterritorialização pode agravar as desigualdades educacionais e dificultar o acesso a uma educação de qualidade para todos.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que a reterritorialização seja acompanhada de políticas públicas e práticas

pedagógicas que sejam sensíveis às necessidades e especificidades das comunidades envolvidas. Isso implica em adotar abordagens educacionais que valorizem a diversidade cultural, promovam a equidade e sejam contextualizadas de acordo com as realidades locais. Estabelecer parcerias entre escolas, famílias e comunidades, fortalecendo as redes de apoio e colaboração para garantir o direito à educação e o desenvolvimento integral dos indivíduos e grupos afetados pela reterritorialização.

Em resumo, a reterritorialização apresenta oportunidades e desafios para a educação e a construção das identidades territoriais. É necessário que haja um compromisso com a implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas, que considerem as especificidades e necessidades das comunidades afetadas, a fim de garantir o acesso à educação de qualidade para todos e promover a formação de identidades territoriais positivas e o engajamento cidadão.

Em vista disso, é fundamental que educadores, gestores e formuladores de políticas compreendam e considerem os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização ao desenvolver e implementar estratégias educacionais nas periferias urbanas. Isso inclui valorizar e respeitar os saberes e as práticas locais, promover o diálogo intercultural e a construção de identidades territoriais positivas, assim como garantir a qualidade e a inclusão na educação, independentemente das transformações territoriais que possam estar ocorrendo.

PROMOVENDO A CIDADANIA E A IDENTIDADE TERRITORIAL

Cidadania é um conceito amplo, complexo e multifacetado que abrange uma variedade de direitos e responsabilidades dos membros de uma comunidade ou sociedade. Fundamentalmente, é a expressão da relação entre o indivíduo e a sociedade em que vive, abrangendo os direitos fundamentais que lhes são garantidos e as obrigações que são esperadas deles em retorno. A cidadania não é apenas uma questão de legalidade, mas também, de participação ativa e comprometida na vida política, social e cultural do país ou comunidade.

Os direitos inerentes à cidadania incluem, mas não estão limitados ao direito à educação, saúde, moradia e trabalho, assim como o acesso à justiça. Estes são direitos básicos que todos os cidadãos devem desfrutar, independentemente de seu status, origem, religião, gênero ou orientação sexual. Vale destacar que, a cidadania vai além desses direitos fundamentais. Ela implica também a responsabilidade de respeitar e obedecer às leis do país, contribuir para a comunidade por meio de impostos e participar de processos eleitorais.

Igualmente, a cidadania também envolve a promoção do bem comum. Isso significa trabalhar para o melhoramento da sociedade como um todo, e não apenas para o benefício individual. A promoção do bem comum pode ser expressa de muitas maneiras, desde o voluntariado na comunidade até a defesa de políticas que beneficiem os mais vulneráveis.

O respeito à diversidade cultural é outra dimensão importante da cidadania. Em uma sociedade cada vez mais multicultural, é essencial que os cidadãos respeitem e valorizem as diferenças culturais e étnicas. Isso não apenas promove a coesão social, mas também enriquece a sociedade, permitindo a troca de ideias, perspectivas e experiências entre diferentes grupos culturais.

Paralelamente à cidadania, a identidade territorial desempenha um papel fundamental na formação da experiência humana. A identidade territorial se refere à forma como os indivíduos e grupos se identificam e interagem com o espaço físico em que vivem. Isso envolve a compreensão das características geográficas, históricas e culturais do lugar, bem como a formação de um sentido de pertencimento e conexão emocional com o território.

A identidade territorial é moldada por uma combinação de experiências, memórias e narrativas compartilhadas pelos indivíduos e comunidades que habitam um determinado espaço. Essas narrativas podem abranger uma variedade de elementos, desde tradições culturais e histórias locais até experiências individuais e coletivas de vida no território. A identidade territorial, então, não é estática, mas sim um processo contínuo de construção e reconstrução.

A relação entre cidadania e identidade territorial é profunda e interconectada. O exercício da cidadania, por exemplo, pode contribuir para a formação de identidades territoriais positivas, ajudando a valorizar e preservar as características únicas de um local. Isso pode acontecer quando os cidadãos se envolvem em ações para melhorar sua comunidade, como projetos de revitalização de bairros ou iniciativas de conservação ambiental. Ao fazê-lo, eles não apenas contribuem para o

bem-estar de sua comunidade, mas também reforçam seu senso de pertencimento e conexão com o território.

Ao contrário, a identidade territorial também pode influenciar a maneira como os cidadãos percebem e exercem seus direitos e responsabilidades. Por exemplo, um forte senso de identidade territorial pode motivar os cidadãos a se envolverem mais ativamente em questões políticas, sociais e culturais que afetam seu território. Isso pode se traduzir em maior participação em processos eleitorais, envolvimento em grupos comunitários ou defesa de políticas públicas que beneficiem sua comunidade.

Promover a cidadania e a identidade territorial é uma tarefa fundamental para o fortalecimento da coesão social, a redução das desigualdades e a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas. Esses conceitos não são apenas importantes em teoria, mas têm implicações práticas significativas. Por exemplo, podem orientar o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educativas que valorizem a diversidade cultural, incentivem a participação cidadã e promovam o respeito e a valorização do território e de suas especificidades.

No contexto educacional, isso pode se traduzir em currículos que incorporam a história e a cultura local, programas que incentivem o envolvimento dos estudantes na comunidade e estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e linguística dos estudantes. E ainda, pode implicar em políticas públicas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades, como programas de moradia acessível, iniciativas de revitalização de bairros e políticas de proteção aos direitos dos grupos minoritários.

Em resumo, a cidadania e a identidade territorial são conceitos profundamente interligados que desempenham um papel crucial na conformação das sociedades e comunidades. Promover esses conceitos é fundamental para criar sociedades mais justas, inclusivas e resilientes. Para alcançar isso, é necessário não apenas políticas públicas e práticas educativas adequadas, mas também a participação ativa e comprometida dos cidadãos. Só então podemos esperar construir comunidades que valorizem a diversidade, promovam a inclusão e respeitem a identidade territorial.

A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NAS ESCOLAS DE PERIFERIAS URBANAS

A importância da promoção da cidadania e da construção da identidade territorial nas escolas de periferias urbanas é crucial para o desenvolvimento dos estudantes e para o enfrentamento dos desafios e oportunidades que essas comunidades enfrentam. Ao trabalhar com a cidadania e a identidade territorial, as escolas contribuem para o fortalecimento da autoestima e da identidade dos estudantes, ajudando-os a se reconhecerem como parte de uma comunidade e a desenvolverem um sentimento de pertencimento. Esse processo é essencial para que os jovens se sintam encorajados a participar ativamente da vida comunitária e do desenvolvimento local.

A diversidade cultural, étnica e social das periferias urbanas é uma de suas principais características e pode ser um importante recurso para a educação. A promoção da cidadania e a construção da identidade territorial nas escolas permitem que os estudantes aprendam a valorizar e respeitar essa diversidade, promovendo a empatia, a inclusão e a celebração das tradições e saberes locais. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao abordar a cidadania e a identidade territorial, as escolas podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e educacionais. Isso é possível por meio da criação de políticas públicas e práticas pedagógicas que considerem as especificidades e

necessidades das comunidades periféricas, resultando em melhorias na qualidade da educação e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Outro aspecto importante da promoção da cidadania nas escolas é o estímulo à participação cidadã. Desenvolver habilidades e valores que incentivem os estudantes a participarem ativamente da vida política, social e cultural de suas comunidades é essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.

A abordagem da cidadania e da identidade territorial nas escolas possibilita o empoderamento e a emancipação dos estudantes. Ao fornecer ferramentas para que eles compreendam e enfrentem os desafios e as oportunidades de suas comunidades, os estudantes se tornam capazes de se tornarem agentes de mudança e de contribuírem para a construção de um futuro melhor.

A promoção da cidadania e a construção da identidade territorial nas escolas de periferias urbanas são fundamentais por diversas razões: - Fortalecimento da autoestima e identidade dos estudantes: A compreensão e valorização da identidade territorial ajudam os estudantes a se reconhecerem como parte de uma comunidade e a desenvolverem um sentimento de pertencimento. Isso fortalece sua autoestima e os encoraja a participar ativamente da vida comunitária e do desenvolvimento local.

- Valorização da diversidade cultural: As periferias urbanas são espaços de grande diversidade cultural, étnica e social. Trabalhar essa diversidade nas escolas promove a empatia, o respeito e a inclusão, ao mesmo tempo em que celebra e preserva tradições e saberes locais.

- Redução das desigualdades sociais e educacionais: A promoção da cidadania e a construção da identidade territorial contribuem para a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas que considerem as especificidades e necessidades das comunidades periféricas. Isso resulta em melhorias na qualidade da educação e no enfrentamento das desigualdades sociais.

- Estímulo à participação cidadã: A promoção da cidadania nas escolas envolve o desenvolvimento de habilidades e valores que incentivam os estudantes a participarem ativamente da vida política, social e cultural de suas comunidades. Isso é essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.

- Empoderamento e emancipação: A abordagem da cidadania e da identidade territorial nas escolas possibilita o empoderamento e a emancipação dos estudantes, ao fornecer ferramentas para que eles compreendam e enfrentem os desafios e as oportunidades de suas comunidades. Isso os capacita a se tornarem agentes de mudança e a contribuir para a construção de um futuro melhor.

- Enfrentamento das desigualdades sociais: A promoção da cidadania nas escolas das periferias urbanas implica em abordar questões relacionadas às desigualdades sociais e à exclusão. Ao desenvolver projetos e atividades que estimulem a reflexão crítica sobre essas questões, as escolas podem contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com a busca por justiça social e a redução das disparidades.

- Fortalecimento do senso de pertencimento: A construção da identidade territorial passa pelo desenvolvimento do senso de pertencimento e conexão com o espaço. Nas escolas das periferias urbanas, isso pode

ser alcançado por meio de atividades que envolvam os estudantes no conhecimento de seu território, suas características, histórias e desafios, assim como na proposição de soluções para os problemas locais.

- Formação integral: A abordagem da cidadania e da identidade territorial nas escolas das periferias urbanas contribui para a formação integral e emancipatória dos estudantes. Isso significa desenvolver habilidades e competências que vão além do conteúdo curricular, como a capacidade de pensar criticamente, agir de forma responsável e solidária e se engajar em processos de transformação social.

Em síntese, a promoção da cidadania e a construção da identidade territorial nas escolas de periferias urbanas são importantes para o desenvolvimento integral dos estudantes, o fortalecimento da diversidade cultural, a redução das desigualdades e a formação de cidadãos engajados e comprometidos com a transformação de suas comunidades. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos comprometidos com a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, capazes de enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que as periferias urbanas oferecem.

ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

Estratégias e abordagens pedagógicas eficazes para a promoção da cidadania e da construção da identidade territorial nas escolas de periferias urbanas são aquelas que valorizam e respeitam a diversidade cultural e social dos estudantes e suas comunidades. Essas estratégias devem ser pautadas na inclusão e no diálogo, proporcionando um ambiente educacional seguro e acolhedor, onde todos os alunos sintam-se respeitados e valorizados (ARROYO, 2012).

Uma das estratégias fundamentais é o desenvolvimento de currículos que incorporem a realidade local e os saberes das comunidades periféricas, estimulando a reflexão crítica e a conexão entre a educação e o cotidiano dos alunos (SAVIANI, 2013; MARTINS, 2015). Isso pode ser feito através da abordagem de temas relevantes para as comunidades, como questões sociais, ambientais e culturais, e também pelo uso de metodologias participativas que envolvam os estudantes e suas famílias no processo educativo.

Todavia, investir na formação continuada dos educadores, de modo que estejam aptos a lidar com as especificidades das periferias urbanas e a desenvolver estratégias pedagógicas culturalmente responsivas. A formação deve incluir o aprofundamento em temas como diversidade cultural, desigualdades sociais, direitos humanos e cidadania, assim como o estudo de abordagens e metodologias inovadoras que favoreçam a inclusão e a construção da identidade territorial (MARTINS, 2016; FOSSATTI; SARMENTO, 2015).

Outra abordagem eficaz é a promoção de projetos interdisciplinares e colaborativos que envolvam diferentes áreas do conhecimento e que estimulem a participação ativa dos alunos na solução de problemas locais. Esses projetos podem incluir ações de intervenção social, pesquisas, oficinas, apresentações culturais e outras atividades que valorizem a cultura e o território da comunidade (MARTINS; CALDERÓN, 2015).

Finalmente, é fundamental estabelecer parcerias com organizações locais, como associações de moradores, ONGs e instituições culturais, para que a escola possa ampliar seu papel enquanto espaço de promoção da cidadania e de construção da identidade territorial. Essas parcerias podem contribuir para a criação de redes de apoio e colaboração, fortalecendo a atuação da escola na transformação da realidade local e no empoderamento das comunidades periféricas (GIL; VASCONCELOS; FEU, 2019).

Algumas dessas estratégias incluem:

PEDAGOGIA CRÍTICA E PROBLEMATIZADORA: Essa abordagem, baseada na obra do educador Paulo Freire, enfatiza a importância de questionar a realidade e promover a conscientização dos estudantes sobre questões sociais, políticas e culturais. Através do diálogo e da reflexão, os alunos são encorajados a se tornarem agentes ativos de mudança em suas comunidades.

A pedagogia crítica e problematizadora é uma abordagem educacional de profundo impacto e significado, que tem suas raízes na

obra influente do educador brasileiro Paulo Freire (FREIRE, 1992). Esta abordagem se distingue por sua ênfase em desafiar e questionar a realidade, encorajando os estudantes a analisar e refletir criticamente sobre as questões sociais, políticas e culturais que afetam suas vidas e suas comunidades.

Um dos princípios fundamentais desta abordagem é a ideia de que a educação não deve ser um processo de "depósito" de informações, mas sim um diálogo ativo e uma troca de ideias entre o educador e o estudante. Isso significa que o processo educacional é visto como um diálogo dinâmico e participativo, onde o educador não é apenas um transmissor de informações, mas também um facilitador de discussões e reflexões críticas.

Nesta perspectiva, os estudantes são incentivados a se tornarem não apenas receptores passivos de conhecimento, mas também agentes ativos de mudança em suas próprias vidas e comunidades. A pedagogia crítica e problematizadora valoriza a experiência e o conhecimento dos alunos, reconhecendo que eles trazem consigo uma riqueza de experiências e percepções que podem contribuir para a sala de aula.

Através da reflexão crítica, os alunos são incentivados a questionar e desafiar as estruturas de poder e as normas sociais existentes, desenvolvendo uma maior consciência de como essas questões afetam suas vidas e seu entorno. Isso envolve não apenas entender as injustiças e desigualdades sociais, mas também considerar como elas podem ser desafiadas e transformadas.

A pedagogia crítica e problematizadora também enfatiza a importância do engajamento cívico e da ação social. Os alunos são incentivados a se envolverem em suas comunidades, participando de

projetos de serviço comunitário, campanhas de advocacia ou outras formas de ação social. Isso não apenas enriquece o processo de aprendizado, mas também permite que os alunos apliquem o que aprenderam na sala de aula para fazer uma diferença positiva em suas comunidades.

Essa abordagem pedagógica, vai além da mera transmissão de conhecimento, buscando empoderar os alunos a se tornarem cidadãos críticos e engajados, capazes de questionar, desafiar e transformar a realidade em que vivem. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, a pedagogia crítica e problematizadora oferece uma abordagem educacional que é relevante, significativa e empoderadora para os estudantes.

PEDAGOGIA CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA:

Esta abordagem busca desenvolver a consciência crítica dos estudantes, incentivando-os a questionar e analisar o contexto social, político e econômico em que vivem, e a desenvolver habilidades para atuar como agentes de mudança.

A pedagogia crítica e emancipatória é uma abordagem educacional que visa fomentar o pensamento independente e capacitar os estudantes para se tornarem agentes ativos de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral. Esta abordagem pedagógica, fortemente influenciada por teóricos como Paulo Freire e John Dewey, coloca a consciência crítica e a emancipação no centro do processo de aprendizado (BRANDÃO, 1981; ARELARO; ARELARO, 2019).

A pedagogia crítica e emancipatória é definida por sua ênfase na análise crítica do contexto social, político e econômico em que os estudantes vivem. Em vez de apenas aceitar a realidade como ela é, os estudantes são incentivados a questionar, analisar e desafiar as estruturas e sistemas existentes. Isso pode envolver a análise das relações de poder na sociedade, a compreensão das causas subjacentes das desigualdades sociais e a exploração das formas pelas quais as normas culturais e os sistemas de crenças afetam as experiências individuais e coletivas.

A pedagogia crítica e emancipatória busca desenvolver habilidades que permitam aos estudantes atuar como agentes de mudança. Isso pode envolver o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisões, bem como a capacidade de se envolver efetivamente em ações coletivas e ativismo social. Os estudantes são incentivados a utilizar essas habilidades para desafiar e transformar as injustiças e desigualdades que identificam em sua própria comunidade e no mundo em geral.

Esta abordagem pedagógica também enfatiza a importância do diálogo, da reflexão e da ação coletiva. A sala de aula é vista como um espaço democrático onde todos os participantes são valorizados e onde o conhecimento é construído de forma coletiva. Os educadores são vistos não como transmissores de conhecimento, mas como facilitadores do processo de aprendizado, apoiando os estudantes em sua jornada de descoberta e emancipação.

Por fim, a pedagogia crítica e emancipatória também enfatiza a importância da esperança e da possibilidade de mudança. Em vez de se sentir desanimado ou impotente diante dos desafios sociais, os

estudantes são encorajados a enxergar a possibilidade de mudança e a acreditar em sua própria capacidade de fazer a diferença. Isso pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Em conclusão, a pedagogia crítica e emancipatória oferece uma abordagem educacional que é não apenas relevante e envolvente, mas também potencialmente transformadora. Ao desenvolver a consciência crítica dos estudantes e capacitá-los a atuar como agentes de mudança, essa abordagem pode contribuir para a criação de comunidades e sociedades mais justas e equitativas.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA:

Desenvolver currículos e materiais didáticos que reflitam a realidade e a cultura local, considerando as experiências e saberes dos estudantes. Isso possibilita uma maior conexão entre a escola e a comunidade, fortalecendo a identidade territorial e a valorização das tradições locais.

A educação contextualizada é uma abordagem pedagógica que visa integrar a realidade e a cultura local ao currículo e aos materiais didáticos. Esta abordagem reconhece que os estudantes não vivem em um vácuo, mas em comunidades vibrantes e diversificadas que possuem sua própria cultura, história e sabedoria coletiva. Ao incorporar esses elementos no processo educacional, a educação contextualizada pode tornar o aprendizado mais relevante, significativo e envolvente para os estudantes (ARAÚJO; MENEZES, 2007).

Um dos principais aspectos da educação contextualizada é o desenvolvimento de currículos e materiais didáticos que reflitam a realidade e a cultura local. Isso pode envolver a inclusão de textos, histórias, exemplos e projetos que se relacionem diretamente com a comunidade e o ambiente dos estudantes. Em vez de seguir um currículo padronizado e descontextualizado, os educadores são incentivados a adaptar seus planos de aula e atividades para refletir a realidade local.

Outro aspecto crucial da educação contextualizada é o reconhecimento e a valorização das experiências e saberes dos estudantes (CASTRO, 2015). Isso pode envolver a realização de projetos de aprendizado baseados em problemas que se originam da própria comunidade dos estudantes, a inclusão de atividades práticas que aproveitam as habilidades e conhecimentos locais, e o reconhecimento da sabedoria e experiência dos estudantes como uma fonte valiosa de aprendizado.

A educação contextualizada também pode contribuir para fortalecer a identidade territorial dos estudantes e a valorização das tradições locais. Ao aprender sobre a história, a cultura e a geografia de sua própria comunidade, os estudantes podem desenvolver um sentimento mais forte de pertencimento e orgulho de suas raízes. Isso pode contribuir para a construção de uma identidade territorial positiva e para a valorização das tradições e culturas locais.

A educação contextualizada pode facilitar uma maior conexão entre a escola e a comunidade. Ao incorporar elementos locais no currículo e nas atividades escolares, a escola pode se tornar um espaço mais integrado e relevante para a comunidade. Isso pode facilitar a participação dos pais e outros membros da comunidade no processo

educacional, e pode tornar a escola um verdadeiro centro de aprendizado e desenvolvimento comunitário.

Compactuando, a educação contextualizada oferece uma abordagem pedagógica que é relevante, significativa e enraizada na realidade e cultura local dos estudantes. Ao incorporar a realidade local no currículo e valorizar as experiências e saberes dos estudantes, essa abordagem pode tornar o aprendizado mais envolvente e eficaz, fortalecer a identidade territorial e a valorização das tradições locais, e promover uma maior conexão entre a escola e a comunidade.

ENSINO CONTEXTUALIZADO: As práticas pedagógicas devem ser contextualizadas, levando em consideração as realidades e desafios enfrentados pelas comunidades periféricas. Isso inclui a utilização de exemplos, materiais e atividades que reflitam a realidade local, e o desenvolvimento de projetos e iniciativas que busquem soluções para os problemas enfrentados pela comunidade.

O ensino contextualizado é uma metodologia pedagógica que busca conectar o processo de aprendizagem à realidade vivida pelos alunos. Reconhecendo que cada comunidade tem suas próprias experiências e desafios únicos, essa abordagem busca integrar o contexto social, cultural e físico dos alunos ao conteúdo educacional. Na prática, isso envolve uma série de estratégias e técnicas que buscam tornar-se o aprendizado mais relevante, significativo e aplicável ao mundo real (PERRENOUD, 2000; ZABALA, 1995).

As práticas pedagógicas contextualizadas começam com um entendimento profundo das realidades e desafios enfrentados pelas

comunidades periféricas. Os educadores que adotam essa abordagem se esforçam para conhecer a fundo a comunidade onde atuam, estabelecer relações de confiança com os alunos e suas famílias, e compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldam a vida dos alunos. Isso pode envolver a realização de pesquisas de campo, visitas domiciliares, reuniões comunitárias, e outras atividades que permitam aos educadores se familiarizar com a realidade local (WEISZ, 2001; UNICEF, 2010).

Uma vez que essa compreensão é alcançada, o ensino contextualizado envolve a utilização de exemplos, materiais e atividades que reflitam a realidade local. Isso pode incluir o uso de textos, imagens, vídeos e outros recursos que retratem a comunidade e o ambiente dos alunos, a inclusão de exemplos e problemas reais no currículo, e a realização de atividades práticas que explorem as particularidades do contexto local.

Outrossim, o ensino contextualizado também implica o desenvolvimento de projetos e iniciativas que busquem soluções para os problemas enfrentados pela comunidade. Em vez de abordar a aprendizagem como um processo isolado do mundo exterior, essa abordagem busca integrar a escola e a comunidade em um esforço conjunto para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar local. Isso pode envolver a realização de projetos de aprendizagem-serviço, onde os alunos aplicam o que aprenderam em sala de aula para resolver problemas comunitários, ou a implementação de iniciativas de ação comunitária, onde os alunos, professores e membros da comunidade trabalham juntos para enfrentar desafios locais.

Em poucas palavras, o ensino contextualizado é uma abordagem pedagógica que busca integrar a realidade local ao processo educacional, tornando o aprendizado mais relevante e significativo para os alunos, e promovendo a participação ativa dos alunos na solução de problemas da comunidade. Ao considerar as realidades e desafios enfrentados pelas comunidades periféricas, essa abordagem pode contribuir para a promoção da justiça social, a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas, e a formação de cidadãos conscientes e engajados.

PROJETOS COMUNITÁRIOS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: Incentivar os alunos a se envolverem em projetos de ação comunitária e a participarem de atividades e decisões que afetam suas comunidades. Isso promove a prática da cidadania ativa e a responsabilidade social, ao mesmo tempo em que ajuda a desenvolver habilidades de liderança e cooperação.

O engajamento em projetos comunitários e a participação cidadã são ferramentas cruciais para a promoção da educação cidadã, especialmente nas comunidades periféricas. Essas práticas incentivam os alunos a se envolverem ativamente em seu ambiente, ajudando-os a entender como podem desempenhar um papel significativo na melhoria de suas comunidades. Através dessa participação, os estudantes são capazes de exercer a cidadania de forma ativa e responsável, adquirindo competências vitais como liderança, cooperação e compreensão da dinâmica comunitária (DEWEY, 1997; COLOMBO, 2004).

Os projetos comunitários geralmente envolvem atividades que buscam responder a problemas ou desafios específicos enfrentados pela comunidade local. Pode tratar-se de iniciativas de melhoramento do bairro, ações de preservação ambiental, programas de mentoria para jovens, entre outros. Esses projetos proporcionam aos alunos a oportunidade de aplicar o conhecimento e as habilidades adquiridos em sala de aula em um contexto real, além de contribuir para o bem-estar de sua comunidade.

A participação cidadã, contudo, refere-se ao envolvimento dos estudantes em atividades e decisões que afetam suas comunidades. Isso pode incluir participar de reuniões comunitárias, votar em eleições locais, contribuir para a elaboração de políticas escolares ou comunitárias, entre outros. Esta participação ajuda os alunos a entender como as decisões são tomadas, como podem influenciar essas decisões e quais são as implicações dessas decisões para sua comunidade.

Essas experiências de participação cidadã e engajamento em projetos comunitários são extremamente valiosas, pois permitem aos alunos desenvolver uma série de habilidades sociais e cívicas (MOURA; GIACOMIM; SOARES, 2008). Por um lado, eles aprendem a trabalhar em equipe, a resolver conflitos, a negociar e a liderar, habilidades que são cruciais para a vida em sociedade. No entanto, eles também desenvolvem uma compreensão mais profunda dos problemas sociais e políticos, bem como uma maior consciência de seu papel como cidadãos.

Por último, mas não menos importante, a participação em projetos comunitários e a prática da cidadania ativa também têm um impacto positivo no sentido de pertencimento e na autoestima dos alunos. Ao verem que podem fazer a diferença em suas comunidades,

eles se sentem mais valorizados e motivados, o que pode ter um impacto positivo em seu desempenho acadêmico e em seu desenvolvimento pessoal.

De forma concisa, a promoção de projetos comunitários e a participação cidadã são práticas pedagógicas vitais que contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos, para a promoção da cidadania ativa e para a construção de comunidades mais fortes e inclusivas.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Implementar práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade cultural, étnica e social, combatendo preconceitos e estereótipos. Isso pode ser alcançado através da discussão de temas como direitos humanos, igualdade de gênero, combate ao racismo, entre outros, e pela promoção de atividades que celebrem a diversidade presente na comunidade escolar.

A educação para a diversidade e a inclusão é uma abordagem pedagógica que se tornou indispensável na formação dos estudantes, especialmente em um mundo cada vez mais globalizado e multicultural. Essa abordagem busca promover a valorização da diversidade cultural, étnica e social e combater preconceitos e estereótipos, através da implementação de práticas pedagógicas que fomentem o respeito às diferenças e a inclusão de todos (MCLAREN, 1997; MURILLO, 2007).

A diversidade é um recurso pedagógico valioso, pois fornece uma variedade de perspectivas e experiências que podem enriquecer o processo de aprendizagem. Por meio da discussão e da reflexão sobre temas como direitos humanos, igualdade de gênero e combate ao

racismo, os estudantes são incentivados a questionar seus próprios preconceitos e estereótipos e a desenvolver uma atitude mais aberta e respeitosa em relação às diferenças. Esses temas também ajudam a desenvolver a empatia e a consciência social dos alunos, preparando-os para viver em uma sociedade diversa e inclusiva.

Ademais, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas origens, habilidades ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso implica a adaptação dos métodos de ensino, a criação de um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor e a promoção da participação e do engajamento de todos os alunos.

Em contrapartida, a celebração da diversidade na comunidade escolar pode ser um poderoso meio de promover a inclusão e o respeito mútuo. Isso pode ser feito através de atividades como festivais culturais, apresentações artísticas, exposições, projetos de pesquisa sobre diferentes culturas ou histórias de vida, entre outros. Essas atividades não apenas ajudam a reconhecer e valorizar a diversidade presente na comunidade escolar, mas também contribuem para a construção de uma identidade coletiva inclusiva e plural.

Finalizando, a educação para a diversidade e a inclusão é uma estratégia pedagógica essencial que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e responsáveis. Ao promover a valorização da diversidade e a inclusão de todos, as escolas não apenas contribuem para a redução das desigualdades e para a promoção da justiça social, mas também preparam os alunos para viver e prosperar em uma sociedade globalizada e multicultural.

ENSINO INTERDISCIPLINAR E INTEGRADO:

Abordar temas relacionados à cidadania e à identidade territorial de maneira interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, como história, geografia, artes e ciências sociais. Isso permite uma compreensão mais abrangente e integrada das questões, além de facilitar a conexão entre os temas e a vida cotidiana dos estudantes.

O ensino interdisciplinar e integrado é uma abordagem pedagógica que busca superar a fragmentação do conhecimento, promovendo a conexão entre diferentes áreas e a compreensão holística das questões estudadas. Essa abordagem é particularmente eficaz para abordar temas complexos e multifacetados, como a cidadania e a identidade territorial, que envolvem aspectos históricos, geográficos, sociológicos, culturais, políticos, entre outros (CALDERÓN; RAQUEL; CABRAL, 2015).

Ao abordar esses temas de maneira interdisciplinar, é possível oferecer aos estudantes uma visão mais abrangente e integrada das questões, que leva em conta a interdependência e a interação entre diferentes fatores e perspectivas. Por exemplo, ao estudar a história de uma comunidade, os alunos podem explorar não apenas os eventos históricos, mas também as características geográficas do território, as tradições culturais, as estruturas sociais e políticas, os desafios econômicos e ambientais, entre outros aspectos. Isso ajuda a desenvolver uma compreensão mais profunda e complexa da realidade, que vai além da simples memorização de fatos e datas.

Adicionalmente, o ensino interdisciplinar e integrado permite conectar os temas estudados com a vida cotidiana dos estudantes,

tornando o aprendizado mais relevante e significativo. Ao relacionar os conhecimentos adquiridos na escola com suas próprias experiências, interesses e questões, os alunos são incentivados a aplicar o que aprenderam em seu contexto, a refletir criticamente sobre sua realidade e a se engajar ativamente na solução de problemas e na construção de seu território.

A implementação do ensino interdisciplinar e integrado envolve a colaboração entre diferentes professores, a utilização de metodologias ativas e participativas, a realização de projetos e atividades práticas, a promoção do pensamento crítico e reflexivo, entre outras estratégias. Isso requer uma mudança de paradigma na educação, que deixa de ser vista como a transmissão de informações isoladas e passa a ser entendida como um processo de construção coletiva e contextualizada do conhecimento.

Em síntese, o ensino interdisciplinar e integrado é uma abordagem pedagógica que contribui para a formação integral dos estudantes, promovendo a compreensão abrangente e integrada dos temas, a conexão entre o conhecimento e a vida cotidiana, a reflexão crítica e a participação ativa na construção de sua cidadania e identidade territorial.

PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES LOCAIS:

Estabelecer parcerias com organizações e instituições locais, como associações comunitárias, ONGs e entidades culturais, para o desenvolvimento de projetos e atividades que contribuam para a promoção da cidadania e da identidade territorial. Isso fortalece o vínculo entre a escola e a

comunidade e possibilita o acesso a recursos e experiências que enriqueçam o processo educativo.

As parcerias com organizações e instituições locais são uma estratégia valiosa para fortalecer a atuação das escolas nas periferias urbanas, aprimorando a qualidade da educação e promovendo a cidadania e a identidade territorial. Essas parcerias podem envolver uma variedade de atores, como associações comunitárias, organizações não governamentais, entidades culturais, empresas, universidades, entre outros, e podem ser estabelecidas para a realização de projetos e atividades específicas ou para a colaboração contínua em diferentes áreas (RACZYNSKI; MUÑOZ, 2006; DIAS SOBRINHO, 2010).

Ao estabelecer parcerias com organizações locais, as escolas podem acessar recursos, conhecimentos e experiências que enriqueçam o processo educativo. Por exemplo, uma ONG de direitos humanos pode colaborar na realização de oficinas sobre cidadania e participação política, uma empresa pode oferecer estágios ou visitas técnicas para os alunos, uma universidade pode disponibilizar seus laboratórios para a realização de atividades práticas, uma entidade cultural pode promover apresentações ou workshops artísticos, entre outras possibilidades.

As parcerias podem contribuir para a integração da escola com a comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade territorial dos alunos. Ao participar de projetos e atividades em parceria com organizações locais, os alunos têm a oportunidade de conhecer melhor sua comunidade, valorizar suas características e potencialidades, e se envolver ativamente em ações que contribuam para sua melhoria.

Estabelecer parcerias com organizações locais também pode ser uma forma de ampliar a visibilidade e o reconhecimento da escola, fortalecendo sua posição como um agente importante na promoção do desenvolvimento local. As parcerias podem contribuir para a formação de redes de apoio e colaboração, que podem ser mobilizadas em situações de desafios ou crises.

Todavia, é importante que as parcerias sejam estabelecidas de maneira ética e transparente, com objetivos claros e com o envolvimento de todos os participantes na definição e execução das ações. As parcerias devem ser avaliadas regularmente, para verificar se estão efetivamente contribuindo para os objetivos educativos e para a promoção da cidadania e da identidade territorial.

De maneira geral, as parcerias com organizações locais são uma estratégia importante para fortalecer a atuação das escolas nas periferias urbanas, enriquecendo o processo educativo, promovendo a cidadania e a identidade territorial, e fortalecendo a integração da escola com a comunidade.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES: Promover a capacitação e a atualização dos professores e gestores escolares em temas relacionados à cidadania, diversidade cultural e identidade territorial. Isso permite que os educadores estejam melhor preparados para lidar com os desafios e oportunidades presentes nas escolas de periferias urbanas e para desenvolver práticas pedagógicas eficazes e inclusivas.

A formação continuada dos educadores é um aspecto crucial para a promoção de uma educação de qualidade e inclusiva nas periferias urbanas. Esta formação deve englobar uma gama ampla de temas, incluindo, mas não limitado a cidadania, diversidade cultural, identidade territorial, metodologias pedagógicas inovadoras, gestão escolar, entre outros. Isso possibilita que os educadores estejam melhor equipados para lidar com os desafios únicos e as oportunidades presentes nestes contextos educacionais (TARDIF, 2010).

A formação contínua ajuda os educadores a aprofundar seus conhecimentos e habilidades, a se atualizar sobre novas teorias, pesquisas e práticas educacionais, e a refletir sobre suas próprias práticas, buscando sempre aprimorá-las. Ademais, a formação continuada pode proporcionar um espaço de troca de experiências e aprendizado colaborativo entre os educadores, fortalecendo a comunidade escolar e a cultura de aprendizagem contínua.

No contexto das periferias urbanas, a formação continuada deve abordar os desafios e complexidades específicos desses ambientes, como as desigualdades sociais, a diversidade cultural, a violência, a precariedade habitacional, entre outros. Isso possibilita que os educadores desenvolvam uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade de seus alunos e de suas comunidades, e possam desenvolver práticas pedagógicas e estratégias de gestão que sejam eficazes e pertinentes para esse contexto.

A formação continuada deve promover a capacitação dos educadores em temas relacionados à cidadania, diversidade cultural e identidade territorial. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades para promover a participação ativa dos alunos na vida comunitária e política,

para valorizar e respeitar a diversidade e para fortalecer o sentimento de pertencimento e a conexão com o território.

Também é importante que a formação continuada seja adaptada às necessidades e interesses dos educadores, considerando seus conhecimentos prévios, suas experiências e suas motivações. Isso pode ser alcançado através de uma variedade de estratégias, como a realização de pesquisas de necessidades, a inclusão dos educadores na definição dos objetivos e conteúdo da formação, a oferta de diferentes modalidades e formatos de formação, entre outros.

A formação continuada deve ser acompanhada de apoio e orientação, para que os educadores possam aplicar os conhecimentos e habilidades adquiridos em sua prática pedagógica. Isso pode envolver a realização de coaching ou mentoria, a formação de grupos de estudo ou de prática, a realização de observações de aula e feedback, entre outras estratégias.

Para concluir, a formação continuada dos educadores é uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade da educação nas periferias urbanas, capacitando os educadores para lidar com os desafios e oportunidades desses contextos e para promover a cidadania, a diversidade cultural e a identidade territorial.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E PROJETOS DE INTERVENÇÃO LOCAL:

Promover a participação dos estudantes em projetos de intervenção local e a colaboração com organizações comunitárias pode ser uma forma eficaz de desenvolver habilidades de cidadania e fortalecer a identidade territorial. Essa abordagem

permite que os estudantes se envolvam diretamente no processo de transformação de suas comunidades e contribuam para o desenvolvimento local.

A promoção da participação comunitária e a realização de projetos de intervenção local são estratégias essenciais para o desenvolvimento de uma educação contextualizada, crítica e emancipatória nas periferias urbanas. Essas estratégias permitem não só desenvolver habilidades de cidadania ativa nos estudantes, mas também fortalecer sua identidade territorial e seu sentimento de pertencimento à comunidade (LÜCK, 2013b; 2013b).

Incentivar os estudantes a se envolverem em projetos de intervenção local proporciona uma oportunidade única de aprendizagem prática e significativa. Os estudantes têm a chance de aplicar os conhecimentos e habilidades adquiridos em sala de aula para resolver problemas reais de sua comunidade, o que pode aumentar sua motivação e engajamento no processo de aprendizagem.

A par disso, esses projetos podem ajudar a desenvolver uma série de competências importantes para a vida em sociedade, como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a comunicação efetiva, a liderança, a cooperação, a empatia, a responsabilidade social, entre outras. Ao mesmo tempo, os estudantes podem adquirir uma maior consciência e compreensão das realidades e desafios de sua comunidade, bem como dos processos de tomada de decisão e de intervenção social e política.

A colaboração com organizações comunitárias é outro aspecto fundamental dessa abordagem. Estabelecer parcerias com associações de moradores, ONGs, entidades culturais e outros grupos comunitários

pode enriquecer os projetos de intervenção local, fornecendo recursos, conhecimentos e apoio. Além disso, essas parcerias podem fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, promovendo uma maior integração e cooperação.

A participação comunitária também pode contribuir para fortalecer a identidade territorial dos estudantes. Ao se envolverem em projetos que valorizem e melhorem seu território, os estudantes podem desenvolver um maior apreço e respeito por sua comunidade, suas tradições, sua cultura, suas histórias. Isso pode contribuir para uma maior autoestima, um maior sentimento de orgulho e pertencimento, e uma maior motivação para contribuir para o desenvolvimento e bem-estar de sua comunidade.

Por último, mas não menos importante, a participação comunitária e os projetos de intervenção local podem ser uma forma eficaz de promover a transformação social e a justiça social nas periferias urbanas. Ao se envolverem na solução de problemas e na melhoria de suas comunidades, os estudantes não só aprendem sobre cidadania, mas também praticam a cidadania, tornando-se agentes ativos de mudança.

Resumindo, a participação comunitária e os projetos de intervenção local são estratégias pedagógicas poderosas que podem contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, para o fortalecimento das comunidades e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: A promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável nas práticas pedagógicas é essencial para que os estudantes compreendam a importância de preservar o meio ambiente e os recursos naturais, e para que possam contribuir para a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis.

Educação voltada para a sustentabilidade é um componente crucial no panorama educacional contemporâneo. Ela carrega consigo a responsabilidade de inculcar nos estudantes uma compreensão profunda do conceito de sustentabilidade, os pilares que a sustentam e seu impacto inegável na sobrevivência e prosperidade de nossa espécie e do planeta. Integrar práticas pedagógicas com foco na sustentabilidade pode capacitar os estudantes a reconhecerem a importância vital de preservar nosso meio ambiente e gerir os recursos naturais de forma consciente (BURGHGRAVE, 2013).

Ao incorporar práticas educativas que enfatizam a sustentabilidade, estamos permitindo que os estudantes percebam seu papel como cidadãos globais. Isso não apenas encoraja a conscientização ambiental, mas também promove a responsabilidade individual e coletiva. Quando os alunos entendem as conexões interdependentes entre os seres humanos e o meio ambiente, eles começam a valorizar a necessidade de equilíbrio e harmonia.

Inserir a sustentabilidade nas salas de aula também significa dar espaço a uma série de tópicos interdisciplinares, como ciências, economia, política e ética. Os alunos têm a oportunidade de explorar a complexidade das questões ambientais e de sustentabilidade,

compreender a relação entre as ações humanas e o meio ambiente, e aprender sobre inovações e soluções sustentáveis.

Inclusive, a educação para a sustentabilidade pode proporcionar aos alunos ferramentas para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. O aprendizado baseado em projetos, por exemplo, pode permitir que os alunos identifiquem questões ambientais em suas comunidades e proponham soluções viáveis. Isso pode incluir iniciativas como campanhas de limpeza, reciclagem, plantação de árvores ou programas de conservação de água e energia.

A educação para a sustentabilidade também tem o potencial de cultivar uma mentalidade resiliente entre os estudantes. À medida que aprendem sobre os desafios do clima e do meio ambiente, os alunos desenvolvem habilidades para enfrentar adversidades, solucionar problemas e adaptar-se a novas situações. Essas habilidades são essenciais para construir comunidades resilientes capazes de se adaptar e prosperar em face das mudanças ambientais.

A promoção da sustentabilidade no currículo escolar serve como um lembrete constante de nossa responsabilidade coletiva para com o futuro de nosso planeta. Esta é uma lição valiosa que os estudantes levarão consigo ao longo de suas vidas, à medida que tomam decisões que afetam não apenas a si mesmos, mas também às gerações futuras.

De maneira geral, a educação para a sustentabilidade é um investimento estratégico na formação de cidadãos conscientes, informados e capacitados para enfrentar os desafios ambientais. Ela permite a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis e, em última instância, contribui para a sobrevivência e prosperidade do nosso planeta.

METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM

COOPERATIVA: Utilizar metodologias ativas e a aprendizagem cooperativa, como projetos em grupo, estudos de caso, resolução de problemas e atividades práticas, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de cidadania e identidade territorial, ao mesmo tempo em que incentiva a cooperação e a colaboração entre os estudantes.

A adoção de metodologias ativas e a aprendizagem cooperativa em ambientes educacionais são estratégias vitais que têm demonstrado resultados positivos na promoção de habilidades de cidadania e identidade territorial entre os estudantes. Essas abordagens pedagógicas estimulam a interação dos alunos com o material de aprendizagem de maneira mais direta e envolvente, contribuindo para um entendimento mais profundo e aplicado dos conceitos em questão (FARIA, 2021; ALVES; SOARES, 2007).

Projetos em grupo, por exemplo, são uma forma eficaz de metodologia ativa. Eles proporcionam aos estudantes a oportunidade de trabalhar em equipe para abordar uma tarefa ou problema. Isso encoraja a cooperação, a comunicação efetiva e a responsabilidade compartilhada, habilidades essenciais na vida cidadã. Adicionalmente, os projetos em grupo permitem que os alunos explorem sua identidade territorial ao trabalhar em questões ou problemas específicos de sua comunidade ou região.

Os estudos de caso, outra estratégia de aprendizagem ativa, envolvem os alunos na análise detalhada de uma situação ou exemplo

específico. Isso pode permitir uma compreensão mais profunda de conceitos abstratos, ao trazê-los para um contexto mais concreto. Ao analisar casos relacionados à sua própria comunidade ou território, os estudantes podem desenvolver uma maior consciência de sua identidade territorial e de questões cívicas locais.

A resolução de problemas é uma metodologia ativa que envolve os alunos em uma análise crítica e criativa para encontrar soluções para problemas complexos. Isso não só desenvolve o pensamento crítico, mas também a autonomia, a resiliência e a inovação. Tais habilidades são inestimáveis na promoção da cidadania ativa, pois capacitam os alunos a se envolverem efetivamente com os desafios de sua comunidade e sociedade.

As atividades práticas, em poucas palavras, oferecem aos estudantes a chance de aplicar o que aprenderam de maneira tangível e significativa. Isso pode incluir atividades como a criação de projetos comunitários, a participação em debates ou a organização de eventos culturais. Essas experiências proporcionam aos alunos a oportunidade de exercer sua cidadania de maneira ativa, contribuindo para o bem-estar de sua comunidade e fortalecendo sua identidade territorial.

Para resumir, as metodologias ativas e a aprendizagem cooperativa são ferramentas pedagógicas poderosas que promovem uma compreensão mais profunda e aplicada da cidadania e identidade territorial. Ao incentivar a cooperação, a colaboração e a aplicação prática do aprendizado, essas abordagens preparam os alunos para se tornarem cidadãos ativos e conscientes em suas comunidades.

Ao adotar essas estratégias e abordagens pedagógicas, as escolas de periferias urbanas podem promover a cidadania e a

construção da identidade territorial de maneira eficaz, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a transformação das comunidades periféricas.

ENFRENTANDO OS DESAFIOS DAS PERIFERIAS URBANAS

Enfrentar os desafios das periferias urbanas requer uma abordagem multifacetada e inclusiva que considere a complexidade e a diversidade desses espaços. Estes desafios podem ser socioeconômicos, estruturais, culturais e ambientais, e podem variar significativamente de uma comunidade para outra.

Em termos socioeconômicos, as periferias urbanas muitas vezes sofrem com altos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade. Isto pode levar a uma série de problemas, como falta de acesso a serviços básicos, como educação de qualidade, saúde, transporte público e infraestrutura adequada. Para enfrentar esses desafios, é necessário investir em políticas públicas e programas de desenvolvimento social e econômico que promovam a inclusão, a igualdade de oportunidades e a melhoria da qualidade de vida.

Em relação aos desafios estruturais, as periferias urbanas frequentemente enfrentam problemas como moradias precárias, falta de espaços públicos de qualidade e deficiências no planejamento urbano. Isto pode resultar em condições de vida insalubres, falta de segurança e limitações na mobilidade e acessibilidade. Para lidar com esses problemas, é fundamental promover a participação comunitária no planejamento e gestão urbana, implementar projetos de urbanização e requalificação de espaços públicos e garantir o direito à moradia digna.

No que se refere aos desafios culturais, as periferias urbanas são espaços de grande diversidade cultural e criatividade, mas também

podem ser marcadas pela marginalização, estigmatização e exclusão cultural. Para enfrentar estes desafios, é importante valorizar e promover a cultura local, garantir o acesso à cultura e à arte e combater o preconceito e a discriminação.

No âmbito ambiental, as periferias urbanas são frequentemente afetadas por problemas como poluição, degradação ambiental e vulnerabilidade às mudanças climáticas. Para lidar com isso, é essencial implementar práticas de sustentabilidade, promover a educação ambiental e desenvolver projetos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Enfrentar os desafios das periferias urbanas requer uma abordagem integrada e participativa, que considere as especificidades e potencialidades dessas comunidades e que promova a cidadania, a inclusão, a justiça social e a sustentabilidade.

Os Principais desafios enfrentados pelos Educadores em Periferias Urbanas

Os educadores que atuam em periferias urbanas encontram-se em uma posição singular e desafiadora. Eles enfrentam uma série de obstáculos inerentes ao seu papel de facilitadores do conhecimento, mas estes são ainda mais intensificados pelas condições específicas e muitas vezes adversas dessas áreas. Alguns dos principais desafios incluem:

- Falta de recursos: Escolas em periferias urbanas muitas vezes enfrentam escassez de recursos financeiros e materiais, o que dificulta a oferta de uma educação de qualidade. Isso pode incluir salas de aula

superlotadas, falta de materiais didáticos adequados e infraestrutura precária, como a ausência de espaços esportivos e culturais.

- Violência: A violência e a insegurança são problemas comuns em periferias urbanas, afetando tanto os alunos quanto os educadores. Essa situação pode gerar medo, estresse e traumas, dificultando o processo de ensino e aprendizagem e, em casos extremos, levando ao abandono escolar.

- Exclusão social: A exclusão social é um problema estrutural nas periferias urbanas e afeta diretamente a educação. Os educadores precisam lidar com as dificuldades de alunos que sofrem discriminação e estigmatização, muitas vezes por questões de gênero, raça, etnia ou classe social, o que pode levar ao baixo desempenho escolar e à evasão escolar.

- Precariedade habitacional e questões socioeconômicas: Muitos alunos em periferias urbanas vivem em condições precárias de moradia e enfrentam dificuldades socioeconômicas. Essas condições podem afetar negativamente a saúde, o bem-estar e a capacidade de aprendizagem dos estudantes, exigindo dos educadores uma maior sensibilidade e habilidade para lidar com essas questões.

- Diversidade cultural: A diversidade cultural presente nas periferias urbanas exige que os educadores desenvolvam estratégias pedagógicas inclusivas e culturalmente responsivas, adaptando-se às necessidades específicas de cada aluno e valorizando a pluralidade cultural presente no ambiente escolar.

- Desmotivação e baixa expectativa: Alunos e professores em periferias urbanas podem enfrentar desmotivação e baixas expectativas em relação ao futuro educacional e profissional. Os educadores precisam

trabalhar para elevar a autoestima e as aspirações dos estudantes, mostrando-lhes as possibilidades e oportunidades que a educação pode proporcionar.

- Formação inadequada dos educadores: Muitos professores em periferias urbanas não têm acesso a uma formação adequada e continuada, o que limita sua capacidade de enfrentar os desafios específicos desses contextos. É fundamental investir na capacitação dos educadores para que possam desenvolver estratégias pedagógicas eficazes e contribuir para a transformação da realidade local.

- Rotatividade de professores: As escolas em periferias urbanas podem enfrentar uma alta rotatividade de professores, devido às condições de trabalho e aos desafios específicos dessas áreas. Essa situação pode prejudicar a continuidade pedagógica e o estabelecimento de vínculos entre alunos e educadores.

- Desmotivação dos educadores: A complexidade e as dificuldades enfrentadas pelos educadores em periferias urbanas podem gerar desmotivação e levar a uma alta rotatividade de profissionais, o que prejudica a continuidade e a qualidade do processo educativo.

- Desafios pedagógicos: A realidade das periferias urbanas exige que os educadores desenvolvam abordagens pedagógicas capazes de promover a cidadania e a construção da identidade territorial, estimulando a reflexão crítica, a participação e a transformação social. Isso requer criatividade, comprometimento e uma formação sólida em temas relacionados à educação e às questões sociais.

- Falta de apoio e capacitação: Muitas vezes, os educadores que atuam em periferias urbanas não contam com o apoio e a capacitação adequada para enfrentar os desafios específicos dessas áreas. A falta

de formação continuada e de suporte institucional dificulta a atuação desses profissionais e compromete a qualidade da educação oferecida.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental o investimento em políticas públicas e ações específicas voltadas para a melhoria da educação nas periferias urbanas, incluindo a capacitação dos educadores, a garantia de recursos e infraestrutura adequada, e a promoção da inclusão e da cidadania no ambiente escolar.

SUGESTÃO DE PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR E SUPERAR OS DESAFIOS: Baseadas em experiências de professores.

Existem, de fato, uma série de práticas e estratégias inovadoras e bem-sucedidas que podem ser adotadas pelos educadores que atuam em periferias urbanas. Essas abordagens não só buscam enfrentar e superar os desafios encontrados nessas áreas, como também visam transformar a experiência de aprendizagem dos alunos, aproveitando as oportunidades únicas desses contextos. Essas abordagens, baseadas em experiências de professores e pesquisas relevantes, incluem:

- Pedagogia crítica e contextualizada: A adoção de uma pedagogia crítica e contextualizada que considere a realidade sociocultural e econômica dos alunos e de suas comunidades, estimulando a reflexão e a participação ativa dos estudantes no processo educativo.

- Valorização da diversidade cultural: Promover a valorização da diversidade cultural presente na sala de aula, respeitando e incentivando a troca de experiências e saberes entre os alunos, e integrando conhecimentos locais e tradicionais ao currículo escolar.

- Formação continuada dos educadores: Investir em programas de formação continuada e capacitação específica para professores que atuam nas periferias urbanas, proporcionando apoio, recursos e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios desses contextos.

- Escolas comunitárias e participativas: Fomentar o engajamento e a participação da comunidade escolar e local no planejamento e nas decisões pedagógicas, criando um ambiente escolar inclusivo, democrático e comprometido com as necessidades e demandas dos alunos e suas famílias.

- Projetos interdisciplinares e integradores: Desenvolver projetos interdisciplinares e integradores que envolvam diferentes áreas do conhecimento e habilidades, incentivando a cooperação, a criatividade e a resolução de problemas reais do cotidiano dos alunos.

- Parcerias com instituições e organizações locais: Estabelecer parcerias com instituições e organizações locais, como ONGs, empresas, universidades e governos, para garantir recursos, apoio e oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos e a comunidade escolar.

- Parcerias com a comunidade: Estabelecer parcerias com organizações locais, lideranças comunitárias e outros atores relevantes para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade. Isso pode incluir projetos colaborativos, visitas de campo, eventos culturais e ações de mobilização social.

- Ações de prevenção e enfrentamento à violência: Implementar ações de prevenção e enfrentamento à violência no ambiente escolar e na comunidade, promovendo a cultura de paz, a mediação de conflitos e a

construção de vínculos afetivos e sociais entre os alunos e os educadores. Desenvolver projetos e ações que promovam a prevenção e o enfrentamento à violência, buscando envolver toda a comunidade escolar. Isso pode incluir a formação de comitês de segurança, ações de conscientização e campanhas de combate ao *bullying*.

- Acompanhamento e apoio psicossocial: Oferecer acompanhamento e apoio psicossocial aos alunos e educadores, por meio de equipes multidisciplinares, para lidar com questões emocionais, de saúde mental e de vulnerabilidade social.

- Ensino híbrido e uso de tecnologias: Integrar estratégias de ensino híbrido e uso de tecnologias digitais no processo educativo, expandindo as possibilidades de aprendizagem e aproximando os alunos de diferentes contextos e realidades.

- Avaliação formativa e inclusiva: Adotar práticas de avaliação formativa e inclusiva, que considerem o desenvolvimento integral dos alunos e suas trajetórias de aprendizagem, em vez de focar apenas em notas e resultados quantitativos.

- Espaços de apoio e acolhimento: Criar espaços de apoio e acolhimento para os alunos, onde eles possam expressar suas preocupações, dificuldades e demandas, e receber orientação e suporte. Isso pode incluir a implementação de programas de tutoria, grupos de apoio e serviços de orientação educacional e profissional.

- Flexibilidade curricular e metodológica: Adotar uma abordagem flexível em relação ao currículo e às metodologias de ensino, permitindo ajustes e adaptações de acordo com as necessidades e realidades específicas dos alunos. Isso pode incluir a implementação de projetos interdisciplinares, atividades práticas e o uso de tecnologias digitais.

- Participação e protagonismo estudantil: Incentivar a participação ativa dos estudantes no processo educativo e na vida escolar, promovendo o protagonismo juvenil e a construção da cidadania. Isso pode ser feito por meio de projetos de pesquisa, atividades de liderança, conselhos estudantis e ações de mobilização social.

- Monitoramento e avaliação: Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das práticas e estratégias adotadas, permitindo a identificação de pontos de melhoria e aprimoramento das ações. Isso pode incluir a realização de pesquisas, análises de dados e a elaboração de relatórios e diagnósticos.

A adoção dessas práticas e estratégias, aliada ao investimento em políticas públicas e ações específicas, pode contribuir para enfrentar e superar os desafios enfrentados pelos educadores.

No geral, apesar dos desafios significativos enfrentados pelos educadores nas periferias urbanas, existem muitas estratégias e práticas promissoras que podem ser adotadas para melhorar a qualidade e a relevância da educação nessas áreas. Ao fazê-lo, os educadores não apenas poderão proporcionar uma educação de qualidade aos seus alunos, mas também desempenharão um papel crucial na transformação e no desenvolvimento de suas comunidades. Ao estabelecer parcerias com organizações locais, ao adaptar suas práticas pedagógicas para refletir a realidade local e ao valorizar a diversidade cultural e social, os educadores podem ajudar a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Entretanto, é importante lembrar que os educadores não podem fazer isso sozinhos. Eles precisam do apoio dos gestores escolares, dos governos, das famílias e da comunidade em geral. Todos têm um papel

a desempenhar na promoção da educação e da cidadania nas periferias urbanas. Juntos, podemos enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que essas áreas apresentam, e trabalhar para garantir que todos os estudantes, independentemente de onde vivem, tenham acesso a uma educação de qualidade que lhes permita desenvolver seu potencial e contribuir para a sociedade.

VALORIZANDO A DIVERSIDADE E O ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

Valorizar a diversidade e o engajamento comunitário refere-se à importância de reconhecer, respeitar e celebrar as diferenças culturais, étnicas, sociais e individuais que compõem uma comunidade. Isso implica em promover a inclusão, o respeito mútuo e a colaboração entre pessoas com diferentes origens e experiências.

Ao mesmo tempo, o engajamento comunitário envolve o envolvimento ativo e a cooperação entre membros da comunidade, organizações, escolas e outras instituições para abordar questões de interesse comum, melhorar a qualidade de vida e construir um ambiente mais inclusivo e coeso. Ambos os aspectos - a valorização da diversidade e o engajamento comunitário - são fundamentais para criar sociedades mais justas, tolerantes e democráticas.

Nesse sentido, é crucial que escolas e outras instituições promovam a valorização da diversidade e o engajamento comunitário como parte de suas práticas e políticas, garantindo que todos os membros da comunidade se sintam respeitados, incluídos e capazes de contribuir para o bem-estar coletivo.

Importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e social presente nas periferias urbanas.

Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e social presente nas periferias urbanas é fundamental para o desenvolvimento

sustentável e a promoção da justiça social nessas áreas. A diversidade presente nessas comunidades é uma riqueza que contribui para o enriquecimento do tecido social, a troca de ideias, conhecimentos e experiências, além de fomentar a criatividade e a inovação.

Ao valorizar a diversidade, é possível combater a discriminação, o preconceito e a exclusão social, criando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos. Isso, por sua vez, favorece o desenvolvimento de laços sociais mais fortes, a construção de identidades positivas e o respeito às diferenças, o que é essencial para a convivência harmoniosa entre os membros da comunidade.

No contexto educacional, a valorização da diversidade cultural, étnica e social nas escolas de periferias urbanas é particularmente importante. Ao promover uma educação inclusiva e multicultural, as escolas têm o potencial de formar cidadãos mais tolerantes, críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais. Ao reconhecer e valorizar a diversidade, as escolas podem criar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para lidar com os desafios do mundo globalizado e interconectado.

Dessa forma, a valorização da diversidade cultural, étnica e social nas periferias urbanas contribui para a construção de comunidades mais justas, igualitárias e coesas, onde todos possam ter acesso às mesmas oportunidades e desfrutar de uma vida digna e plena.

Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e social presente nas periferias urbanas é de suma importância para o desenvolvimento das comunidades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essa diversidade é uma riqueza que enriquece o

tecido social e contribui para a formação de identidades mais complexas e plurais.

A valorização da diversidade nas periferias urbanas tem diversos aspectos positivos, como:

- Fomento ao respeito e tolerância: Ao reconhecer e valorizar as diferenças culturais e étnicas, promove-se o respeito e a tolerância entre os indivíduos, contribuindo para a redução de conflitos e a construção de um ambiente harmonioso e pacífico.

- Inclusão e equidade: Valorizar a diversidade implica em promover a inclusão e a equidade, garantindo que todos os membros da comunidade tenham acesso às mesmas oportunidades e recursos, independentemente de sua origem cultural, étnica ou social.

- Enriquecimento cultural e criatividade: A diversidade cultural e étnica é uma fonte inesgotável de saberes, tradições e expressões artísticas, que podem enriquecer a vida das comunidades e estimular a criatividade e a inovação.

- Fortalecimento da identidade e do pertencimento: Ao valorizar a diversidade presente nas periferias urbanas, fortalece-se o senso de identidade e pertencimento dos indivíduos, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com sua comunidade e seu território.

- Desenvolvimento comunitário e cooperação: A valorização da diversidade favorece a cooperação e a colaboração entre diferentes grupos sociais e culturais, permitindo que as comunidades trabalhem juntas para enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Sendo assim, é fundamental que as escolas, governos e outras instituições invistam em políticas e práticas que promovam a valorização da diversidade cultural, étnica e social nas periferias urbanas, garantindo que todos os membros da comunidade sejam respeitados, incluídos e capazes de contribuir para o bem-estar coletivo.

Práticas pedagógicas e projetos que promovam o engajamento comunitário.

Práticas pedagógicas e projetos que promovem o engajamento comunitário, a inclusão e a participação dos alunos e suas famílias são fundamentais para fortalecer a educação e a coesão social em periferias urbanas. Algumas dessas práticas e projetos incluem:

- Projetos comunitários colaborativos: Incentivar a realização de projetos que envolvam a escola, os alunos e a comunidade, abordando temas relevantes e locais, como a preservação ambiental, a promoção da cultura local e a melhoria das condições de vida. Esses projetos podem ajudar a estabelecer parcerias entre a escola e a comunidade, além de proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos e habilidades em situações reais.

- Currículo contextualizado: Desenvolver um currículo que considere a realidade local e valorize os saberes e práticas culturais da comunidade. Isso pode incluir a integração de temas locais e regionais nas disciplinas, bem como a utilização de materiais e recursos didáticos produzidos pela própria comunidade.

- Atividades culturais: Promover atividades que valorizem as expressões culturais locais, como música, dança, teatro, artesanato e culinária.

Essas atividades podem envolver a participação de artistas e profissionais da comunidade, incentivando o diálogo intergeracional e a troca de experiências entre os alunos e os demais membros da comunidade.

- Envolvimento dos pais na vida escolar: Incentivar a participação dos pais nas atividades e decisões da escola, como reuniões de pais e mestres, conselhos escolares e comitês de apoio à educação. Isso pode melhorar a comunicação entre a escola e as famílias, além de aumentar a compreensão e o envolvimento dos pais no processo educacional de seus filhos.

- Parcerias com organizações locais: Estabelecer parcerias com organizações locais, como ONGs, empresas e instituições públicas, para desenvolver projetos e atividades que beneficiem os alunos e a comunidade. Essas parcerias podem proporcionar recursos adicionais e expertise, além de ampliar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para os alunos.

- Escolas de tempo integral: Implementar escolas de tempo integral, oferecendo atividades extracurriculares e apoio educacional para os estudantes e suas famílias, pode ajudar a fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para todos.

- Oficinas e palestras para pais e responsáveis: Promover encontros regulares entre a escola e as famílias, por meio de oficinas e palestras, pode estimular a participação dos pais na educação dos filhos, fortalecendo o engajamento comunitário e a cooperação entre a escola e a comunidade.

- Atividades culturais e artísticas: A promoção de eventos culturais e artísticos na escola, que valorizem e celebrem a diversidade cultural e étnica da comunidade, pode contribuir para a construção de uma identidade territorial positiva e fortalecer o senso de pertencimento dos alunos.

Ao implementar essas práticas pedagógicas e projetos, as escolas podem promover o engajamento comunitário, a inclusão e a participação dos alunos e suas famílias, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e o fortalecimento das relações entre a escola e a comunidade nas periferias urbanas.

DESENVOLVENDO METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Metodologias participativas e projetos interdisciplinares são abordagens educacionais que envolvem a colaboração e o engajamento ativo dos alunos no processo de aprendizagem, além de integrar diferentes áreas do conhecimento em um único projeto ou tema.

Metodologias participativas focam em envolver os alunos na construção do conhecimento, estimulando a cooperação, a comunicação e a resolução de problemas em grupo. Essas metodologias promovem a autonomia dos estudantes, permitindo que eles expressem suas opiniões, questionem e compartilhem ideias, e participem ativamente das decisões que afetam sua educação. Ao envolver os alunos dessa maneira, a aprendizagem se torna mais significativa e eficaz.

Projetos interdisciplinares, ainda assim, são aqueles que combinam diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento em uma única atividade ou tema. Ao trabalhar com projetos interdisciplinares, os alunos têm a oportunidade de explorar as conexões entre diferentes disciplinas e de aplicar o conhecimento adquirido em uma variedade de contextos. Isso ajuda a desenvolver habilidades de pensamento crítico, criatividade e flexibilidade cognitiva.

A combinação de metodologias participativas e projetos interdisciplinares na educação pode oferecer uma abordagem mais holística e integrada, permitindo que os alunos compreendam e enfrentem os desafios do mundo real de uma perspectiva ampla e

diversificada. Essa abordagem educacional pode ajudar a promover a inclusão e o engajamento dos alunos, bem como contribuir para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como trabalho em equipe, liderança e comunicação.

Explicação sobre a relevância das metodologias participativas e projetos interdisciplinares no contexto das periferias urbanas.

A relevância das metodologias participativas e projetos interdisciplinares no contexto das periferias urbanas reside na capacidade dessas abordagens de abordar as complexidades e desafios específicos dessas áreas. Essas práticas educacionais incentivam o envolvimento ativo dos alunos, suas famílias e comunidades no processo de aprendizagem e ajudam a criar um ambiente de inclusão e respeito à diversidade cultural e social.

Ao adotar essas abordagens, os educadores podem proporcionar aos alunos uma compreensão mais profunda e contextualizada dos problemas e questões locais. Isso torna o aprendizado mais significativo e relevante para as realidades vividas pelos estudantes e suas comunidades. A integração de diferentes áreas do conhecimento nos projetos interdisciplinares permite que os alunos desenvolvam habilidades essenciais, como trabalho em equipe, empatia, liderança e resolução de problemas, fundamentais para o exercício da cidadania e a promoção da convivência harmoniosa.

As metodologias participativas e projetos interdisciplinares também estimulam a criatividade e a inovação, incentivando os alunos a

desenvolver soluções inovadoras para os desafios locais. Isso é particularmente importante nas periferias urbanas, onde muitas vezes há carência de recursos e serviços públicos, e os estudantes precisam ser capazes de encontrar maneiras criativas de superar as adversidades.

Ao valorizar e engajar a comunidade local no processo educacional, as escolas podem se tornar espaços de diálogo e colaboração, onde os desafios e problemas enfrentados pelas comunidades periféricas são abordados coletiva e participativamente. Dessa forma, as escolas desempenham um papel crucial na promoção da cidadania e na construção da identidade territorial, contribuindo para a transformação social e a melhoria da qualidade de vida nas periferias urbanas.

Apresentação de exemplos de práticas e projetos bem-sucedidos, com orientações para sua implementação e adaptação a diferentes contextos educacionais.

Aqui estão alguns exemplos de práticas e projetos bem-sucedidos que podem ser implementados e adaptados a diferentes contextos educacionais, especialmente em periferias urbanas:

- Oficinas de arte e cultura local: Realizar oficinas que explorem e valorizem as manifestações culturais locais, como danças, músicas, artesanato e culinária. Essas atividades podem ser conduzidas por artistas e especialistas da comunidade, promovendo a troca de conhecimentos e fortalecendo a identidade cultural dos alunos.

- Projetos de melhoria do ambiente escolar: Envolver os alunos, suas famílias e a comunidade na identificação de problemas no ambiente

escolar e no desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis. Por exemplo, projetos de jardinagem, reciclagem, construção de mobiliário escolar com materiais reciclados ou instalação de sistemas de captação de água da chuva.

- Clubes de leitura comunitários: Estabelecer clubes de leitura que envolvam alunos, pais e membros da comunidade, com discussões periódicas sobre livros e temas relevantes para a realidade local. Isso pode estimular o diálogo e a reflexão crítica, além de promover a literacia e a inclusão social.

- Projetos de pesquisa-ação participativa: Encorajar os alunos a investigar questões relevantes para sua comunidade, envolver os alunos em projetos de pesquisa-ação que busquem investigar e propor soluções para problemas locais, como falta de infraestrutura, poluição, violência ou desemprego. Esses projetos podem ser desenvolvidos em parceria com organizações não governamentais e instituições de ensino superior, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula e desenvolver habilidades de pesquisa e análise crítica.

- Atividades esportivas e recreativas inclusivas: Promover atividades esportivas e recreativas que incentivem a participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, gênero ou origem cultural. Isso pode incluir a organização de campeonatos, jogos cooperativos ou aulas de dança e arte.

- Programas de mentoria e tutoria: Estabelecer programas de mentoria e tutoria entre alunos mais velhos e mais novos, ou entre membros da comunidade e alunos, para fornecer apoio acadêmico, emocional e social. Esses programas podem ajudar a melhorar o desempenho

acadêmico e a autoestima dos alunos, além de promover a solidariedade e a coesão social.

- Horta comunitária escolar: Iniciar um projeto de horta comunitária na escola, envolvendo alunos, professores e membros da comunidade. Esse projeto pode ser utilizado para ensinar sobre sustentabilidade, ecologia, alimentação saudável e empreendedorismo social. Também, pode ser integrado a diferentes disciplinas, como ciências, matemática e geografia.

- Rodas de conversa e debates comunitários: Promover encontros regulares entre alunos, professores, pais e membros da comunidade para discutir temas relevantes para a realidade local, como segurança, saúde, educação e cultura. Esses espaços de diálogo podem estimular a reflexão crítica, a participação cidadã e a construção de soluções coletivas para os desafios enfrentados pela comunidade.

Ao implementar e adaptar essas práticas e projetos, é importante levar em consideração as características e necessidades específicas do contexto educacional e da comunidade em questão. É essencial envolver os alunos, os pais e os membros da comunidade no planejamento, na implementação e na avaliação dessas iniciativas, garantindo que elas sejam relevantes, inclusivas e eficazes para a promoção da cidadania e da construção da identidade territorial nas escolas de periferias urbanas.

FORMAÇÃO E APOIO AOS EDUCADORES

A formação e o apoio continuado aos educadores que atuam em periferias urbanas são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e a promoção da cidadania e da construção da identidade territorial nessas áreas. Esses profissionais enfrentam desafios específicos, como a falta de recursos, a violência, a exclusão social e a diversidade cultural, que exigem habilidades, conhecimentos e estratégias pedagógicas diferenciadas.

Primeiramente, a formação inicial dos educadores deve incluir conteúdos e abordagens que os preparem para atuar em contextos de periferia urbana. Isso inclui a compreensão das realidades sociais, econômicas e culturais dessas áreas, bem como o desenvolvimento de habilidades para lidar com a diversidade e a complexidade desses contextos.

A formação continuada é crucial para que os educadores possam se atualizar e aprimorar suas práticas pedagógicas. Essa formação pode abordar temas como a promoção da cidadania e da identidade territorial, a inclusão e a equidade educacional, a gestão de conflitos, a comunicação intercultural e o engajamento comunitário.

O apoio continuado aos educadores pode ser oferecido por meio de programas de mentoria e tutoria, grupos de estudo e reflexão, e a participação em redes e associações de profissionais. Esses espaços de troca e aprendizagem colaborativa podem auxiliar os educadores a compartilhar experiências, desafios e soluções, fortalecendo sua prática e seu compromisso com a educação nas periferias urbanas.

É importante que os sistemas de ensino e as políticas públicas valorizem e reconheçam o trabalho dos educadores que atuam em periferias urbanas, oferecendo condições adequadas de trabalho, salários justos e oportunidades de crescimento profissional. Isso pode contribuir para a valorização e a motivação desses profissionais, bem como para a atração e a retenção de talentos no campo da educação nas áreas periféricas.

A formação e o apoio continuado aos educadores que atuam em periferias urbanas são essenciais para enfrentar e superar os desafios específicos desses contextos e para promover uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora para todos os alunos.

Sugestões de recursos, cursos e oportunidades de formação específicas para esse contexto

Existem diversos recursos, cursos e oportunidades de formação específicas para educadores que atuam em contextos de periferias urbanas. Essas iniciativas podem contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas, bem como fomentar o diálogo e a troca de experiências entre os profissionais. Algumas sugestões incluem:

- Programas de formação continuada: Fique atento a programas de formação continuada oferecidos pelos sistemas de ensino, secretarias de educação e organizações da sociedade civil. Esses programas podem abordar diferentes aspectos da educação em periferias urbanas, como metodologias participativas, projetos interdisciplinares e engajamento comunitário.

- Cursos e capacitações: cursos de formação continuada e especializações oferecidos por universidades, instituições de ensino e organizações não governamentais que abordem temas relacionados à educação em periferias urbanas, como inclusão, equidade, diversidade cultural e metodologias participativas. Cursos e capacitações que abordem temáticas específicas relacionadas à educação em periferias urbanas, como inclusão, diversidade cultural, cidadania e identidade territorial. Esses cursos podem ser oferecidos por universidades, instituições de ensino superior, ONGs e organizações especializadas em educação.

- Webinars e conferências: Participe de eventos online e presenciais, como webinars, palestras e conferências, que discutam práticas e políticas educacionais voltadas para contextos periféricos e que promovam a troca de experiências e conhecimentos entre os participantes.

- Redes e associações de educadores: Busque e integre-se a redes e associações de educadores com interesses e atuação em periferias urbanas. Esses grupos podem ser fontes valiosas de apoio, troca de ideias e recursos didáticos. Esses espaços podem oferecer oportunidades de formação, apoio e troca de experiências, além de fortalecer o senso de pertencimento e a identidade profissional dos educadores.

- Grupos de estudo e reflexão: Crie ou participe de grupos de estudo e reflexão com colegas de trabalho e outros educadores interessados em discutir e aprofundar questões relacionadas à educação em periferias urbanas. Participe de grupos de estudo e reflexão, que podem ser organizados por escolas, universidades, associações profissionais ou

mesmo de forma autônoma pelos próprios educadores. Esses espaços de troca e aprendizagem colaborativa são fundamentais para o compartilhamento de experiências, desafios e soluções. Esses grupos podem se reunir presencialmente ou online e utilizar textos, vídeos e outras mídias como base para discussão e aprendizado.

- Projetos colaborativos e parcerias: Estabeleça parcerias com outras escolas, organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior para desenvolver projetos colaborativos que possam enriquecer as práticas pedagógicas e a formação dos educadores que atuam em periferias urbanas.

- Mídias sociais e fóruns online: Utilize plataformas digitais e redes sociais para se conectar com outros educadores, compartilhar experiências e recursos didáticos e acompanhar notícias e eventos relacionados à educação em periferias urbanas.

- Publicações e pesquisas: Acompanhe publicações acadêmicas e relatórios de organizações especializadas que abordem temas relacionados à educação em periferias urbanas e que possam inspirar e fundamentar sua prática pedagógica.

- Formação em serviço e mentoria: Promova e participe de programas de formação em serviço e mentoria, que permitam aos educadores aprender e se desenvolver em seu ambiente de trabalho, com o apoio de colegas e supervisores experientes.

- Eventos e conferências: Participe de eventos e conferências relacionados à educação em contextos de periferias urbanas. Essas iniciativas podem promover o contato com novas ideias, práticas e pesquisas, bem como estimular o diálogo e a cooperação entre educadores de diferentes realidades e contextos.

- Acesso a materiais e publicações: Utilize materiais e publicações específicas sobre educação em periferias urbanas, como livros, artigos, relatórios e documentos de orientação. Esses recursos podem oferecer informações atualizadas e relevantes para o aprimoramento das práticas pedagógicas e a reflexão sobre os desafios enfrentados pelos educadores.

- Parcerias com organizações e instituições: Estabeleça parcerias com organizações e instituições que possam apoiar a formação e o desenvolvimento profissional dos educadores que atuam em periferias urbanas. Essas parcerias podem incluir o acesso a recursos, cursos e oportunidades de formação, bem como o apoio técnico e financeiro para a implementação de projetos e iniciativas educacionais.

Ao explorar essas sugestões, os educadores podem se capacitar, trocar experiências e fortalecer sua atuação em contextos de periferias urbanas, contribuindo para a promoção da cidadania e da construção da identidade territorial nas escolas e comunidades onde atuam. Utilizar essas diferentes fontes de formação e apoio, os educadores que atuam em periferias urbanas podem se capacitar e se inspirar para enfrentar os desafios específicos desses contextos e promover uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora.

ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIDADE

Adaptação e flexibilidade são dois conceitos inter-relacionados que se referem à capacidade de um indivíduo, grupo ou sistema de lidar com mudanças, desafios e incertezas, ajustando-se de forma eficaz e resiliente a novas circunstâncias.

Adaptação é o processo pelo qual um indivíduo, grupo ou sistema ajusta suas características, comportamentos e abordagens em resposta a mudanças no ambiente ou nas circunstâncias. A adaptação pode ocorrer em diferentes níveis e pode envolver alterações na estrutura, na forma de pensar, no funcionamento e nas práticas. O objetivo da adaptação é melhorar a capacidade de lidar com as novas condições e garantir a sobrevivência e o sucesso em ambientes em constante mudança.

Flexibilidade, por outro lado, é a capacidade de ser maleável e ajustável, demonstrando abertura e disposição para mudar ou experimentar novas abordagens, ideias e práticas. A flexibilidade é uma característica importante para a adaptação bem-sucedida, pois permite que indivíduos, grupos e sistemas respondam rapidamente e de forma eficaz às mudanças e desafios, sem ficarem presos a abordagens e estratégias que não funcionam mais.

No contexto da educação, por exemplo, a adaptação e a flexibilidade são essenciais para os educadores, pois permitem que eles ajustem suas práticas pedagógicas e estratégias de ensino de acordo com as necessidades e características específicas de seus alunos e das comunidades em que atuam. Ao demonstrar adaptação e flexibilidade,

os educadores podem criar ambientes de aprendizagem inclusivos, dinâmicos e eficazes, que promovam o desenvolvimento e o sucesso acadêmico de todos os alunos.

Orientações para adaptar as práticas e estratégias

Para adaptar com sucesso as práticas e estratégias apresentadas no guia às necessidades e características específicas dos alunos, da escola e da comunidade local, é fundamental seguir algumas orientações cuidadosamente (FERREIRA, 2015). Inicialmente, é imprescindível mergulhar na realidade da comunidade e compreender as particularidades dos alunos, estabelecendo um vínculo próximo e duradouro com as famílias e a comunidade em geral.

Em seguida, é necessário incentivar e garantir a participação ativa dos alunos e de suas famílias no processo educacional, criando oportunidades para que suas opiniões e ideias sejam ouvidas e levadas em consideração no planejamento e na execução das atividades educativas. Valorizar e reconhecer as contribuições e perspectivas dos alunos e da comunidade é crucial para a construção de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso às diferenças culturais e sociais.

Ainda por cima, é essencial adotar uma abordagem pedagógica flexível e adaptável, que permita ajustar as estratégias de ensino e aprendizagem conforme necessário, de acordo com as necessidades específicas dos alunos e da comunidade. Isso inclui a identificação de barreiras e dificuldades enfrentadas pelos alunos e a busca por soluções e adaptações que garantam uma educação inclusiva e equitativa para todos.

Todavia, é de suma importância buscar formação e apoio continuado, através de cursos, oficinas e outras oportunidades de aprendizado que ajudem os educadores a desenvolver habilidades e competências específicas para lidar com os desafios e demandas do contexto das periferias urbanas. Da mesma forma, promover o diálogo e a troca de experiências entre os educadores que atuam em contextos similares pode ser uma valiosa fonte de aprendizado e apoio mútuo, contribuindo para a melhoria contínua da prática educativa nestes ambientes desafiadores.

Tópicos:

1. Conhecer a realidade da comunidade e as particularidades dos alunos.
2. Estabelecer um relacionamento próximo com as famílias e a comunidade.
3. Promover a participação dos alunos e suas famílias no processo educacional.
4. Valorizar as contribuições e perspectivas dos alunos e da comunidade.
5. Utilizar uma abordagem flexível e adaptável.
6. Ajustar as estratégias conforme necessário para atender às necessidades específicas.
7. Buscar formação e apoio continuado para lidar com desafios e demandas específicas.

ENCORAJAMENTO AOS EDUCADORES: *Experimentar e personalizar as práticas e abordagens propostas, de acordo com suas realidades e interesses.*

A compreensão de que a educação é um campo dinâmico, em constante evolução, é essencial. Assim, é de suma importância que os educadores se sintam incentivados a experimentar e personalizar as práticas e abordagens propostas neste guia, pois cada contexto educacional é singular e apresenta diferentes desafios e oportunidades (DUBET, 2008).

A diversidade dos cenários de ensino implica que a abordagem "tamanho único" não se aplica à educação. Assim, um educador deve ter a liberdade de explorar e adaptar as estratégias sugeridas de acordo com as peculiaridades de sua escola, comunidade e alunos, sempre respeitando as diretrizes e padrões educacionais.

Ao personalizar as práticas e abordagens, os educadores não devem perder de vista o objetivo final: a promoção da cidadania, a construção da identidade territorial e o respeito à diversidade cultural e social. Isso implica pensar fora da caixa, sendo criativo e inovador, sempre buscando novas maneiras de aprimorar as estratégias e atividades pedagógicas que respondam eficazmente às necessidades e expectativas dos alunos e suas famílias.

Além da adaptação e inovação, a avaliação constante é vital para o sucesso das práticas educacionais. Portanto, é crucial que os educadores busquem feedback contínuo de todos os atores envolvidos

no processo educativo - alunos, colegas, gestores escolares e a comunidade em geral. Essa coleta de opiniões e sugestões permite que os educadores ajustem e aprimorem suas estratégias, garantindo a eficácia e a relevância de suas ações no contexto educacional em que estão inseridos.

Ainda assim, a tarefa de um educador vai além das salas de aula e dos limites de sua escola. A partilha de experiências, aprendizagens e desafios com outros profissionais da área é essencial para a evolução da prática pedagógica. Esta troca de conhecimentos e vivências pode ser extremamente enriquecedora, pois contribui para o desenvolvimento profissional contínuo e para a construção de uma rede de apoio e cooperação entre educadores que enfrentam desafios semelhantes.

Por último, o crescimento profissional e a excelência na educação são um processo contínuo que requer dedicação, paciência e abertura para aprender. Para que os educadores estejam sempre prontos para responder aos desafios da profissão, é importante que eles busquem oportunidades de aprendizado e formação contínua, tanto em suas áreas de especialização quanto em relação às novas tendências e inovações na educação. Ao fazer isso, eles estarão bem equipados para lidar com os desafios da educação em periferias urbanas e, mais importante, para fazer a diferença na vida de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste guia, abordamos diversos aspectos importantes para a promoção da cidadania e da construção da identidade territorial nas escolas de periferias urbanas.

A compreensão e a abordagem dos desafios específicos das periferias urbanas são fundamentais para garantir que a educação seja efetiva e inclusiva nessas áreas. Desigualdades sociais, segregação espacial, diversidade cultural, violência, insegurança e precariedade habitacional são alguns dos problemas que afetam diretamente o processo educacional e a vida dos alunos e suas famílias. Ao conhecer essas questões e trabalhar para enfrentá-las, os educadores podem contribuir para melhorar a qualidade da educação e a experiência dos alunos nessas comunidades.

Metodologias participativas e projetos interdisciplinares são especialmente relevantes no contexto das periferias urbanas, pois permitem que os alunos se envolvam ativamente em seu aprendizado, desenvolvam habilidades e competências relevantes e se sintam valorizados e empoderados. Mas, é fundamental que os educadores estejam dispostos a adaptar e ajustar essas práticas às necessidades e características específicas de seus alunos, escolas e comunidades, garantindo que as abordagens utilizadas sejam eficazes e significativas para todos os envolvidos.

Valorizar e respeitar a diversidade cultural, étnica e social é uma parte essencial do trabalho dos educadores em periferias urbanas. Ao promover o engajamento comunitário e a inclusão dos alunos e suas

famílias no processo educacional, os educadores podem contribuir para a construção de uma comunidade escolar mais unida e coesa, onde todos se sintam respeitados e valorizados. Vale destacar que, essa abordagem pode ajudar a promover a compreensão mútua, a empatia e a tolerância entre os alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao final, os educadores que atuam em periferias urbanas recebam formação e apoio continuado, para que possam enfrentar os desafios específicos dessas áreas e desenvolver práticas pedagógicas eficazes e inovadoras. Isso pode ser alcançado por meio do acesso a recursos, cursos e oportunidades de formação específicas, bem como pelo estabelecimento de redes de apoio e diálogo entre os educadores. Ao investir na formação e no desenvolvimento profissional desses educadores, podemos contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo, inclusivo e eficaz nas periferias urbanas.

É fundamental reforçar a importância de compartilhar boas práticas e experiências entre os educadores que atuam em periferias urbanas. A troca de conhecimentos e vivências pode ser extremamente enriquecedora e contribuir para o desenvolvimento profissional e a construção de uma rede de apoio e cooperação entre profissionais da área.

Ao compartilhar suas experiências e aprender com os desafios e sucessos dos colegas, os educadores podem continuar aprimorando suas práticas e estratégias, garantindo a eficácia e a relevância de suas ações no complexo contexto das periferias urbanas. Juntos, os educadores podem fazer a diferença na vida dos alunos e de suas

comunidades, promovendo a cidadania, a inclusão e a construção da identidade territorial.

Encorajamos os educadores a continuar aprimorando suas práticas pedagógicas e a se comprometerem com a construção de um sistema educacional mais justo, inclusivo e eficaz em áreas periféricas. A educação é uma ferramenta poderosa que pode transformar vidas e comunidades, especialmente nas periferias urbanas, onde os desafios são maiores e as oportunidades podem ser escassas.

Ao se dedicarem à melhoria contínua de suas abordagens pedagógicas, adaptando-as às necessidades e características dos alunos e das comunidades locais, os educadores podem fazer uma enorme diferença no processo educacional. Isso pode ser alcançado através da busca constante por formação e desenvolvimento profissional, assim como pela troca de experiências e colaboração com outros educadores.

É importante que os educadores se sintam motivados e apoiados em seus esforços para melhorar a qualidade da educação nas periferias urbanas. Juntos, eles podem contribuir para a construção de um sistema educacional que promova a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu potencial e desenvolver habilidades e competências que lhes permitam enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da vida.

Desse modo, incentivamos os educadores a perseverar em seus esforços, mantendo-se abertos a novas ideias e práticas, compartilhando suas experiências e trabalhando em conjunto para transformar a educação nas periferias urbanas.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, R. de S. e JESUS, M. N. de. Desafios para a cultura de periferia na cidade de São Paulo. In: D´ANDREA, P. T (org.). **Reflexões periféricas. Propostas em movimento para a reinvenção das quebradas**. São Paulo: Editora Dandara/Centro de Estudos Periféricos, 2021, p. 45-66.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. As pesquisas sobre o efeito das escolas: contribuições metodológicas para a sociologia da educação. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 435-473, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5338>. Acesso em: 03 de jun. 2023.

ANDREOLLA, N.; DE MARCO, R. A escola de periferia no olhar do professor-pesquisador. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 31-62, 2023. DOI: 10.5335/rep.v2i1.14485. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14485>. Acesso em: 2 jul. 2023.

ANJOS, A. F. dos; CHAVEIRO, E. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 181-197, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127147009.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.

ARAÚJO, Lucineide Martins; MENEZES, Ana Célia. **Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes**. Rede de educação do Semiárido brasileiro, Caderno multidisciplinar – Educação e contexto do Semiárido brasileiro, nº 04. Selo editorial RESAB. 2007.

ARELARO, L.R.G.; CABRAL, M.R.M. Paulo Freire: por uma teoria e práxis transformadora. In: BOTO, C., ed. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação collection. Novas Investigações series, vol. 9. ISBN: 978-65-5824-027-3. 2019, pp. 267-292. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-13.pdf>.> Acessado: 15/04/2023.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** - Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

BONANINO, A. C.; BRANDÃO, Z. Tensões subjacentes à identidade do campo da educação. In: BRANDÃO, Zaia. **A crise dos paradigmas e a educação.** São Paulo: Cortez, 1994, p. 95-102

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire.** 18 ed. São Paulo, Brasiliense.1981.

BRUM, Mário Sérgio Ignácio. Memórias, identidades e silêncios: a História Local em sala de aula, trabalhada com diferentes gerações. **Revista História Hoje, [S. l.]**, v. 4, n. 7, p. 313–333, 2015. DOI: 10.20949/rhhj.v4i7.181. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/181>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BURGHGRAVE, T. (Org.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade.** Orizona, GO: UNEFAB, 2013. 279 p. (Coleção Agir e Pensar das EFAS do Brasil).

CALDERON, Adolfo Ignacio; RAQUEL, Betânia Maria Gomes; CABRAL, Eliane Spotto. O Premio Escola nota 10: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar*. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.l.]**, v. 23, n. 87, p. 517-540, apr. 2015. ISSN 1809-4465. Disponível em:

<<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/743>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educ. Soc.**, 79: 125-161, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/8Cj5XvRTYpN3WNWbMBCbNFK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CASTRO, Gigi. **Retalhos da educação contextualizada para convivência com o Semiárido Sertão do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, resistência e criação**. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA FRANCA, G. Territórios de (re)existência: potencialidades entre a escola pública e a cultura de periferia: Potentialities between the school and the culture of peripheries. **Revista Espaço e Geografia**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/45141>. Acesso em: 15 maio. 2023.

D'ANDREA, P. T. Notas sobre uma pesquisa engajada na necessidade de reinvenção das periferias. In: D'ANDREA, P. T (org.). **Reflexões periféricas. Propostas em movimento para a reinvenção das quebradas**. São Paulo: Editora Dandara/Centro de Estudos Periféricos, 2021, p. 29-44.

DAYRELL, Juarez. **Juventude e produção cultural na periferia de Belo Horizonte**, 2002.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao sinaes**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DICKEL, Adriana. O esforço coletivo de reapropriação do trabalho docente na trajetória de um grupo de professoras municipais de periferia. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1996. 283 p. (Dissertação de Mestrado).

DUBET, François. **O que é uma Escola Justa? A escola das oportunidades**. Ione Ribeiro Valle (trad.). São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA, E.; MADALOZZO, R. **As lições das escolas brasileiras que oferecem educação de qualidade a alunos de baixo nível socioeconômico**. [S. l.]: Fundação Lemann; Itaú BBA, 2013.

FARIA, G. B. B. A produção do espaço e seus sujeitos no cotidiano escolar: apontamentos e considerações para uma metodologia de análise da escola. **Tese** (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2021.

FERREIRA, Naura. A educação como mediação e a totalidade do trabalho pedagógico. In: RANGEL, Mary. **Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2015. p. 25-40.

FOSSATTI, Paulo; SARMENTO, Dirléia F. A ação supervisora e a gestão do bem-estar na docência. In: RANGEL, Mary. **Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2015. p. 61-70.

FRANCA, G. C. Urbanização e educação: da escola de bairro à escola de passagem. São Paulo, 2010. **Tese** (Doutorado) – Universidade de São Paulo - USP, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24092010-151114/pt-br.php> Acesso em: 05/05/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Brenda Bell, John Gaventa e John Peters (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GIL, Maysa Costa; VASCONCELOS, Wilson Santos de; FEU, Rosane Cristina (Org.). **Boas práticas em educação pública: caminhos para aprimorar a qualidade da educação**. Rio de Janeiro: IJCA, 2019.

GUSTSACK, Felipe. Identidade Cultural. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; HALL, Stuart. **A identidade Cultural da pós-modernidade**. DP&A editora, 2014.

GUSTSACK, Felipe. Identidade Cultural. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; HALL, Stuart. **A identidade Cultural da pós-modernidade**. DP&A editora, 2014.

HAESBAERT, 1994 - HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". In: **Anais** do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994. p. 206-214. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA> Acesso em: 03 de jun. 2023.

HAESBAERT, 1997 - HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, 2001a - HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais** do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001a.

HAESBAERT, 2001b - HAESBAERT, R. *Le mythe de la déterritorialisation*. **Géographies et Cultures** n. 40. Paris: L'Harmattan, 2001b.

HAESBAERT, 2002a - HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

HAESBAERT, 2002b - HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L.; BASTOS, L. (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

HAESBAERT, 2004 - HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 09/05/2023.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

LÜCK, Heloísa. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

MARTINS, E. C. C. Construindo uma escola eficaz: boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas de alta

vulnerabilidade social. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

MARTINS, E. C. C.; CALDERÓN, A. I. Boas práticas escolares e avaliação em larga escala: a literatura ibero-americana em questão. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 264-293, maio/ago. 2015.

MARTINS, Edivaldo C. C. Construindo uma escola eficaz: boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas de alta vulnerabilidade social. 2015. 224 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

MARTINS, Edivaldo Cesar Camarotti; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Boas práticas e elevado desempenho escolar em contexto de vulnerabilidade social com referência aos resultados do IDEB. **Educação em Debate**, Fortaleza, n. 66-71, p. [incluir as páginas do artigo], jul. 2013-jun. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21274/1/2016_art_eccmartins.pdf. Acesso em: 14/05/2023.

MCLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MOURA, Cristiane. B.; GIACOMIM, Gisele. S.; SOARES, Rosane. C. A história da E.M.E.F. Santa Marta: vozes de uma comunidade. In: RAHMEIER, Andréa Helena Petry; STRASBURG, Quênia Renee (org). **Memória Escolar: Escolas Municipais de São Leopoldo**. São Leopoldo, RS: CEBI, 2008. p. 296-303.

MURILLO, F. J. **Investigación iberoamericana sobre eficacia escolar**. Bogotá: Convenio Andrés Bello. 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Poro Alegre: Artmed, 2001.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RACZYNSKI, D. V.; MUÑOZ, G. Factores que desafían los buenos resultados educativos de escuelas en sectores de pobreza. In: CUETO, S. (Ed.). **Educación y brechas de equidad en América Latina**. Santiago de Chile: PREAL, 2006. p. 275-351.

RAIMUNDO, S. L. Salve quebradas. Defendendo o óbvio. A lei de Fomento à Cultura das Periferias. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, nov, 2017, Salvador. **Anais...**, 2017. (p. 1-24).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHEFER, M. C. Na periferia das periferias: o não-lugar escolar e a pedagogia do destino. **Tese** (Doutorado em Educação). 2015, 191 f. Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2015.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 147-165, jan./jun. 2003. . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JDpHpqdd5J57TxPhXW8mLcg/> Acesso em: 25 de jun. 2023.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

UNICEF (Coord.). **Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação**. Brasília, DF: UNICEF, 2010.

VALE, F. F. do; SALLES, L. M. F. Jovens de periferia, estilos musicais e cotidiano escolar. **EccoS**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 365-384, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518580007>. Acessado em: 3 de Julio de 2023

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VASCONCELLOS, M. D. A escola da periferia: escolaridade e segregação nos subúrbios. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 273-278, abril 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14/05/2023.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. São Paulo: Editora Artmed, 1995.

GLOSSÁRIO

A

Abordagens pedagógicas contextualizadas: Métodos de ensino que levam em consideração o contexto específico dos alunos, incluindo suas experiências culturais e sociais.

Abordagens pedagógicas inclusivas: Métodos de ensino que se esforçam para incluir e atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens ou circunstâncias pessoais.

Aprendizagem ativa: Abordagem de ensino que envolve os alunos no processo de aprendizagem, muitas vezes incentivando-os a aplicar o que aprenderam a situações do mundo real.

Aprendizagem Cooperativa: Uma abordagem de ensino em que os alunos trabalham juntos para alcançar objetivos de aprendizado comuns.

Avaliação contínua: Processo de avaliar constantemente o progresso dos alunos e a eficácia das estratégias pedagógicas.

C

Cidadania Ativa: É o exercício de direitos e deveres cívicos, como participar de decisões comunitárias, votar em eleições, e contribuir para a melhoria da comunidade. A educação contextualizada pode promover a cidadania ativa ao incentivar a participação dos estudantes em projetos comunitários.

Cidadania: Status de ser cidadão, com direitos e deveres associados, e a conscientização e o exercício desses direitos e deveres no contexto social.

Coaching ou mentoria: Processo de orientação e apoio para ajudar os indivíduos a alcançar seus objetivos pessoais ou profissionais.

Coesão social: Processo de desenvolvimento de um sentido de pertencimento, interdependência e participação na sociedade, promovendo a igualdade e a diversidade.

Conhecimentos pedagógicos: O conjunto de saberes e teorias relacionados à prática educativa.

Consciência social: Consciência ou compreensão das questões sociais e do impacto das ações individuais e coletivas na sociedade.

Currículo contextualizado: Refere-se a um currículo que leva em consideração a realidade local e valoriza o conhecimento e as práticas culturais da comunidade.

Currículo: Conjunto de temas, objetivos de aprendizado e conteúdo que são ensinados em um curso ou programa educacional. Na educação contextualizada, o currículo é adaptado para refletir a realidade e a cultura local.

D

Desempenho escolar: medida da realização acadêmica de um aluno em comparação com outros alunos da mesma idade ou série.

Desenvolvimento humano: o processo de ampliar as escolhas das pessoas para levar vidas longas, saudáveis e criativas e para ter acesso a conhecimento e um padrão de vida decente.

Desenvolvimento social: o progresso na melhoria do bem-estar humano e na qualidade de vida de uma comunidade.

Desigualdades sociais: diferenças na distribuição de recursos, riqueza, oportunidades e privilégios sociais entre diferentes grupos na sociedade.

Desmotivação: A falta de motivação ou entusiasmo, muitas vezes causada por condições de trabalho adversas, baixa expectativa de progresso ou falta de apoio e recursos.

Desterritorialização: processo pelo qual a relação entre cultura e lugar é quebrada ou interrompida.

Diálogo Intercultural: Comunicação e interação entre diferentes culturas para promover a compreensão e o respeito mútuo.

Direitos humanos: Princípios universais que reconhecem a dignidade inerente a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Disparidades de renda: diferenças no nível de renda entre diferentes grupos ou indivíduos dentro de uma sociedade.

Diversidade cultural: uma variedade de diferentes culturas ou grupos étnicos em uma determinada área ou sociedade.

E

Educação Contextualizada: É uma abordagem pedagógica que integra a realidade e a cultura local ao currículo e aos materiais didáticos. Reconhece a importância do ambiente cultural, histórico e social dos estudantes no processo de aprendizagem.

Educação em periferias urbanas: Este termo se refere à educação que ocorre em áreas urbanas periféricas, geralmente caracterizadas por desafios socioeconômicos significativos, como a pobreza e a marginalização social.

Educação Territorial: Visa reconhecer e valorizar a relação entre o indivíduo e seu território, incentivando a compreensão do espaço geográfico e social no qual o aluno está inserido. A educação territorial busca integrar a realidade local e os saberes da comunidade no processo educativo, contribuindo para a construção da identidade e o sentido de pertencimento dos alunos.

Empatia: Capacidade de entender e compartilhar os sentimentos de outra pessoa.

Empoderamento: processo de obtenção de poder, controle ou influência sobre as próprias circunstâncias ou ambiente.

Engajamento comunitário: envolvimento ativo de indivíduos ou grupos na vida e no desenvolvimento de suas comunidades.

Ensino Contextualizado: Uma metodologia pedagógica que visa conectar o processo de aprendizagem à realidade vivida pelos alunos. Prioriza a relevância do conteúdo para o contexto específico do aluno.

Ensino híbrido: Método de ensino que combina aprendizagem presencial e online, proporcionando maior flexibilidade e variedade de recursos para os alunos.

Ensino interdisciplinar e integrado: Abordagem pedagógica que busca conectar diferentes áreas do conhecimento para uma compreensão holística dos tópicos estudados.

Equidade educacional: Busca pela igualdade de oportunidades educacionais para todos, considerando as particularidades de cada aluno.

Escolas de tempo integral: São escolas que oferecem uma programação de atividades educacionais durante todo o dia, incluindo atividades extracurriculares e apoio educacional.

Estereótipos: Ideias simplificadas e generalizadas que as pessoas têm sobre grupos específicos ou categorias de indivíduos.

Estratégias pedagógicas: Técnicas e metodologias utilizadas para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos.

Estudos de Caso: Método de ensino que envolve a análise detalhada de uma situação ou exemplo específico, promovendo a compreensão profunda de conceitos e contextos.

Evasão escolar: a ação de deixar a escola antes de completar o ensino formal.

Exclusão social: o processo pelo qual certos grupos são marginalizados e excluídos da participação plena na vida social, econômica e política.

Experiências e Saberes dos Estudantes: Refere-se ao conhecimento, habilidades e experiências que os estudantes trazem para a sala de aula. Na educação contextualizada, esses elementos são valorizados e integrados ao processo de aprendizado.

F

Formação Continuada: É um processo contínuo de desenvolvimento profissional que visa aprimorar as competências dos educadores e adaptar-se às mudanças e desafios do contexto educativo. A formação continuada pode incluir diversas atividades, como cursos, workshops, seminários, pesquisa, entre outros, e é considerada essencial para a eficácia e a inovação pedagógica.

Formação inicial: Refere-se ao processo de preparação e capacitação dos educadores antes de ingressarem no exercício da profissão, englobando a formação acadêmica e pedagógica.

G

Gestão de conflitos: Habilidades para lidar com situações de desentendimento e discordância de forma construtiva e pacífica.

Gestão escolar: Processo de planejamento, organização e direção dos recursos e atividades da escola para alcançar os objetivos educacionais.

Globalização: Processo de integração e interação entre pessoas, empresas e governos de diferentes nações, impulsionado pelo comércio e investimento internacional e auxiliado pela tecnologia da informação.

Governança escolar: Processos e estruturas de tomada de decisão que orientam a operação e a gestão das escolas.

H

Habilidades pedagógicas: Competências necessárias para o planejamento, organização e condução do processo de ensino e aprendizagem.

Habitação social: Programas de moradia financiados ou subsidiados pelo governo destinados a populações de baixa renda.

I

Identidade coletiva: Sensação compartilhada de pertencer a um grupo, que é formado com base em características comuns como cultura, ideologia ou experiências compartilhadas.

Identidade Territorial: Relaciona-se à maneira como os indivíduos se identificam e se relacionam com o lugar em que vivem, influenciando suas percepções, comportamentos e interações dentro desse espaço.

Igualdade de gênero: Conceito que se refere à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades para homens, mulheres e pessoas de todos os gêneros.

Inclusão Econômica: O processo de garantir que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades econômicas e possam participar da economia.

Inclusão social: o processo de melhorar as oportunidades e a qualidade de vida das pessoas marginalizadas ou desfavorecidas, para que elas possam participar plenamente na sociedade.

Infraestrutura: Estruturas e serviços básicos necessários para o funcionamento de uma sociedade, como escolas, estradas, sistemas de água e esgoto.

J

Justiça socioespacial: um princípio de justiça que busca garantir que todos os membros da sociedade tenham igual acesso a recursos, serviços e oportunidades, independentemente de onde vivem.

M

Metodologias Ativas: Metodologias de ensino que colocam o estudante como agente ativo no processo de aprendizado, envolvendo-o diretamente na construção do conhecimento.

Metodologias participativas: técnicas de ensino que envolvem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Metodologias pedagógicas inovadoras: Novas abordagens e estratégias de ensino que procuram melhorar o processo de aprendizagem.

Mobilidade social: a capacidade de um indivíduo ou família mover-se para cima ou para baixo na escala socioeconômica dentro de uma sociedade.

Multiculturalismo: Política ou fenômeno social que reconhece, acolhe e promove a coexistência de múltiplas culturas em um único território ou organização.

N

Narrativas e memórias de professores: o conjunto de experiências, perspectivas e práticas educacionais dos professores, geralmente expressas por meio de suas histórias e lembranças.

O

Ocupações informais: Territórios ocupados ilegalmente por indivíduos ou grupos que constroem suas próprias moradias, muitas vezes sem acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada.

Organizações não governamentais (ONGs): Organizações sem fins lucrativos que operam independentemente do governo, geralmente para abordar questões sociais ou ambientais.

P

Parcerias Escola-Comunidade: São colaborações entre a escola e diferentes atores ou organizações da comunidade, com o objetivo de enriquecer o processo educativo e contribuir para a transformação social.

As parcerias podem incluir uma ampla gama de atividades, como projetos de serviço comunitário, programas de mentoria, visitas a instituições locais, entre outros.

Participação cidadã: Envolvimento ativo dos cidadãos na vida política, social e cultural do país ou comunidade.

Pedagogia da Diversidade: É uma abordagem que valoriza e respeita as diferenças, incentivando a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas origens, culturas, identidades, habilidades ou necessidades. A pedagogia da diversidade busca promover um ambiente de aprendizado seguro, acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos são valorizados e respeitados.

Periferias urbanas: áreas urbanas geralmente localizadas na periferia de uma cidade, que frequentemente apresentam desafios sociais, econômicos e de infraestrutura.

Pesquisa narrativa autobiográfica: método de pesquisa que utiliza a história de vida pessoal de um indivíduo como uma forma de entender as experiências humanas.

Pesquisa-ação participativa: É uma abordagem de pesquisa que envolve a participação ativa dos pesquisadores e dos membros da comunidade no processo de investigação e tomada de decisões.

Políticas educacionais: políticas ou diretrizes governamentais que orientam a prática e a administração da educação.

Políticas públicas: Decisões e ações do governo que visam atender a necessidades ou problemas da sociedade, como programas de moradia acessível, iniciativas de revitalização de bairros e políticas de proteção aos direitos dos grupos minoritários.

Populações de baixa renda: grupos de pessoas que ganham menos do que uma certa quantidade de dinheiro, geralmente definida com base em padrões nacionais ou internacionais.

Práticas pedagógicas: Conjunto de atividades e métodos usados para ensinar e facilitar a aprendizagem.

Projetos Comunitários: Projetos que visam abordar e resolver problemas ou desafios enfrentados por uma comunidade local. Eles são uma ferramenta importante para a participação cidadã e a educação contextualizada.

Projetos de Aprendizado Baseados em Problemas: Abordagem pedagógica que envolve o uso de problemas reais como ponto de partida para a aprendizagem. Na educação contextualizada, esses problemas geralmente são derivados da própria comunidade dos estudantes.

Projetos em Grupo: Atividades de aprendizagem que envolvem a colaboração de vários alunos para completar uma tarefa ou resolver um problema.

Projetos Interdisciplinares: São atividades ou projetos de aprendizagem que integram conhecimentos e habilidades de diferentes disciplinas. Essa abordagem favorece uma compreensão mais completa e integrada dos temas estudados, estimula a aplicação do conhecimento em diferentes contextos e promove a colaboração e a criatividade dos alunos.

Protagonismo estudantil: Incentivo à participação ativa dos estudantes no processo educativo, dando-lhes a oportunidade de tomar iniciativas, fazer escolhas e assumir responsabilidades.

R

Racismo: Preconceito, discriminação ou antagonismo dirigido contra alguém de uma raça ou etnia diferente, com base na crença de que a própria raça é superior.

Recursos educacionais: Materiais e serviços que apoiam o aprendizado, como livros didáticos, tecnologia educacional, serviços de biblioteca, entre outros.

Resiliência: Capacidade de se adaptar e se recuperar de adversidades ou mudanças difíceis.

Resistência: em um contexto educacional, a ideia de resistência pode se referir ao esforço para se opor ou desafiar condições ou práticas injustas.

Resolução de Problemas: Uma abordagem de aprendizado ativo que envolve os alunos na análise crítica e na busca de soluções para problemas complexos.

Reterritorialização: processo pelo qual as culturas reconstróem uma identidade territorial após uma experiência de desterritorialização.

S

Saneamento básico: serviços relacionados ao abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, controle de vetores de doenças, etc.

Segregação espacial: a separação física de diferentes grupos raciais, étnicos ou socioeconômicos em diferentes partes de uma área geográfica.

Serviços básicos: serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento e transporte público.

Sustentabilidade: Uso responsável dos recursos naturais para garantir o bem-estar das gerações atuais e futuras.

T

Tecido Social: A interconexão de relações sociais e comunitárias que formam uma sociedade ou comunidade.

Territorialização: processo pelo qual um território é definido, organizado e mantido.

V

Violência: Uso da força física ou psicológica para causar dano, medo ou coação.

